



# Anais da Assembléia

N.º 71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 105ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1977

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato e Jayme Rodrigues Carvalho (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 234/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos, em prédio de propriedade da municipalidade. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 33/77, de autoria do Deputado Ivan Santos Rüppel, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1977

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário da Casa, **DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL** dos seguintes Projetos:

1 — PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 09/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo número 56/77, ex-Proposição número 143/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na Assistência Técnica e Financeira, visando a melhoria da Rede Municipal de Ensino de primeiro Grau.

2 — PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 19/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 121/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o municípios de Assis Chateaubriand, objetivando Assistência Técnica e Financeira, para melhoria da Rede Municipal de Ensino de primeiro grau.

3 — PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 59/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 224/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Marialva, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos.

4 — PROJETO DE LEI NÚMERO 95/76 — de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

5 — PROJETO DE LEI NÚMERO 31/77 — de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DA CIDADE DE PRIMEIRO DE MAIO, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Silva, ocorrido nesta data na cidade de Paranavaí.

Sr. Aldo Silva, natural de Curitiba, mas vinculado ao Noroeste do Estado, principalmente à cidade de Paranavaí, durante sua longa existência teve participação ativa na vida pública do Paraná. Na vida particular foi radialista, jornalista e comentarista de programas especiais nas emissoras de rádio.

Formado em Direito, exerceu a advocacia durante longos anos. Foi promotor público e professor catedrático da Escola Técnica de Comércio.

Além das atividades particulares foi um político militante do Partido Trabalhista Brasileiro, quando elegeu-se vereador, por quatro legislaturas da cidade de Paranavaí, onde se dedicou às lides parlamentares com denodo e desprendimento.

Representou a gente paranaense na Assembléia Legislativa de 1947 a 1951 e na qualidade de suplente em 1961. Como parlamentar tomou parte ativa na Comissão de finanças, fez parte da Comissão Executiva como 2o. Vice-Presidente e por dois anos como 1o. Secretário da Comissão Executiva.

Dos seus pronunciamentos pode-se deduzir que ele teve preocupações com o problema dos transportes. Apresentou proposição para que fosse feita uma estrada que ligasse Paranavaí a Paranaguá, visando dar escoamento aos produtos agrícolas daquela região.

Abordou por várias vezes o problema da reforma agrária, bem como do Ministério Público. Sua passagem pela Assembléia Legislativa, bem como pela Câmara de Vereadores, demonstraram seu amor à causa pública e a estatura de um político de reconhecido valor e desejo de servir à coletividade.

O subscritor do presente solidariza-se com as manifestações de pesar da família enlutada e da sociedade de Paranavaí que perde um homem público que em vida foi exemplo de dignidade e devotamento às boas causas.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo passamento do Sr. Napoleão Albuquerque, ocorrido no último dia 20, na cidade de Pérola D'Oeste.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

1 — Napoleão Albuquerque, foi pioneiro de Pérola D'Oeste, dando àquela cidade, já em 1955, a primeira farmácia;

2 — Destacou-se no pronto atendimento à população, vindo a gozar de grande conceito e confiança;

3 — Esteve sempre atento aos anseios da comunidade perolatense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, o registro, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um "voto de congratulações" a Prosdócimo S.A., que, recentemente, cedeu graciosamente as instalações do sub-solo de sua loja da Praça Tiradentes para abrigar a firma de Tecidos Urca, que sofreu lamentável incêndio tendo destruído inteiramente o seu estabelecimento. O Parlamentar, requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à diretoria de Prosdócimo S.A., na pessoa do Senhor Rogério Prosdócimo.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS.

#### JUSTIFICATIVA:

O fato causou até surpresa, pois, exemplos como esse são raros nos tempos modernos. Com prejuízos comprometendo o seu próprio atendimento. Prosdócimo S.A., tão logo tomou conhecimento do incêndio que destruiu por completo as instalações de um concorrente (Tecidos Urca), se solidarizou, sacrificando sua área com diversas secções de vendas para receber a firma que foi vítima do sinistro. Este é um exemplo que deve ser ressaltado, pois sensibiliza e contradita a falta de humanidade, a indiferença que tem caracterizado os dias atuais. A comunidade, ainda que tardiamente, deve render homenagens a um gesto desta natureza. Esta Casa, acreditamos, não pode ficar alheia justamente quando reconhecendo as dificuldades econômicas que atravessamos, encontra ainda, atitudes de companheirismo e amizade.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado, o presente expediente, através do qual é solicitada: a inclusão dos Distritos de Ibiaci e Vila Gandhi, localizados no Município de Primeiro de Maio, no Programa de Expansão das Telecomunicações, com a instalação em ambos de sistema de Monocanal.

Ibiaci — situado entre os municípios de Primeiro de Maio e Sertãoópolis e Vila Gandhi — situada entre os municípios de P. de Maio e B. Vista do Paraíso, apresentam importantes núcleos populacionais, são dotados de infra-estrutura e pelo seu progresso, fazem por merecer serem integrados no referido programa.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Sr. Diretor do Departamento de Aviação Civil, solicitando estudos e providências que possibilitem o funcionamento em Pato Branco de uma linha aérea, a ser atendida pela Rio Sul Transportes Aéreos Regionais S.A.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Pato Branco é cidade polo de região, que abrange cerca de 26 municípios, com população que ultrapassa a casa de 1.000.000 de habitantes.

Tendo Aeroporto com pista de 1.500 metros asfaltados, distante apenas 1 km. de sede do município, possui todas as condições necessárias ao funcionamento de uma linha regular que atenda a grande demanda à Capital do Estado, onde forçosamente se dão as soluções de interesse da região.

O atendimento a esta reivindicação viria também de encontro à política governamental de economia de combustíveis, eis que se evitaria o deslocamento de grande número de veículos, transportando, muitas vezes, uma única pessoa.

Daf as razões do nosso apelo.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário seja suspensa a Sessão Plenária do próximo dia 10 do corrente mês, ficando os trabalhos restritos somente à reunião das Comissões.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(aa) Luiz Roberto Soares e Trajano Bastos.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que no final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba e ao Vereador Amadeo de Mio Gera, denunciando irregularidades, solicitando providências e informações a respeito do loteamento denominado "PLANTA CENTRAL", situado no Bairro do Xaxim-Cercado.

**CONSIDERANDO QUE:** a denominada "PLANTA CENTRAL", loteamento situado no Bairro Xaxim-Cercado, abrange área de 34.270 metros quadrados, subdividida em 51 lotes, dos quais apenas oito não se encontram ocupados;

**CONSIDERANDO QUE:** Deloni M. Gusso e Glacir T.G. Thomazi constam como proprietários na planta divisória do referido loteamento;

**CONSIDERANDO QUE:** da fatura de lançamento de imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana consta a importância de Cr\$ 61.745,00 como valor venal do imóvel total;

**CONSIDERANDO QUE:** os lotes foram e estão sendo vendidos à média de Cr\$ 28.000,00 cada;

**CONSIDERANDO QUE:** do Contrato de Compromisso de compra e venda de imóvel, sob o número 24, constam que "o outorgante promitente (Waldemiro Odia e sua mulher) são promitentes: de uma área situada no Xaxim, adquirido de Edelzeu Thomazi e Edelone Maria Gusso;

**CONSIDERANDO QUE:** no referido loteamento, a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, executou implantação de iluminação residencial;

**CONSIDERANDO QUE:** proprietários de lotes e que neles edificaram residências estão alarmados quanto a possíveis irregularidades transacionais e de localização junto a órgãos públicos, ali verificadas;

**CONSIDERANDO QUE:** até o presente, a Prefeitura do Município de Curitiba não executou a implantação de melhoria alguma no denominado loteamento e que tal fato contribui sobremaneira para a desconfiança total quanto à regularização do mesmo, o Deputado que ao final assina, requer o enunciado na SÚMULA do presente documento, anexando documentos comprobatórios da veracidade dos diversos considerandos que:

Digne-se o Senhor Prefeito Municipal responder à Casa, as indagações que se seguem, determinando providências também abaixo relacionadas:

1) — Da legalidade cadastral do loteamento denominado "PLANTA CENTRAL", situada no Bairro Xaxim-Cercado.

2) — Da existência jurídica do citado imóvel.

3) — Das possibilidades de programação de implantação de obras de infra-estrutura e saneamento, tais como: asfaltamento de ruas, construção de rede de esgoto e galeria de águas pluviais, implantação de serviço de iluminação pública, implantação de linhas de transporte coletivo, construção de rede de abastecimento de água e outros.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

**PROJETO DE LEI:****PROJETO DE LEI NÚMERO 69/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco foi fundada em 1968 e desde esta data vem prestando os mais relevantes serviços sociais à comunidade, da forma mais desinteressada. Amparando a criança e a mãe estende a sua assistência a toda a família quando necessário, proporcionando-lhes condições de vida sadia, física e moralmente.

Fundada em 1968, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais necessários para ser reconhecida como de utilidade pública.

Justo que o poder público lhe outorgue este título para que usufrua dos benefícios decorrentes e melhor prossiga em suas beneméritas atividades.

Esperamos contar com o apoio de nossos pares a esta proposição.

Anexo: — Exemplar de Estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O estudante paranaense vive momentos de apreensão, entre a intranquilidade que se dissemina no meio da classe. Em carta enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, as lideranças estudantis ponderam a necessidade do eminente Governador intervir para que haja cessação, podemos dizer, dessa intranquilidade, contra a classe estudantil.

A carta é a seguinte: "Ao Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

Frente ao clima de insegurança e incerteza para o desenvolvimento de nossas atividades normais causado por prisões arbitrárias de estudantes, pela abertura de inquéritos não justificáveis, e ultimamente, pelo chamamento de colegas a prestarem depoimentos junto aos órgãos de segurança do Estado, os estudantes de Curitiba, através de suas entidades abaixo assinadas, vêm solicitar a V. Exa., na qualidade de autoridade máxima deste Estado, Intervenção, no sentido da imediata cessação dessas atitudes, altamente prejudiciais às atividades universitárias e conseqüentemente à comunidade do Estado

como um todo, e incompatíveis com a vida normal desta comunidade.

Certos de que sua posição de Governador do Estado o impede de se omitir, ansiosamente aguardamos pronta solução.

Apresentamos as nossas considerações e agradecimentos. Saudações Universitárias.

Curitiba, 07 de junho de 1977, assinam os representantes do DACE, DAAT, DACIESA, DARPP, DAST, DABS, DACISA".

Também assinado por nada mais do que 13 entidades estudantis que representam a totalidade das entidades estudantis do Paraná, há uma nota pública dos estudantes do Paraná, intitulada "NOTA DE REPÚDIO".

"Unindo-nos às buzinas e aplausos da população mineira, que manifestavam seu apoio à curta passeata dos estudantes que protestavam contra as arbitrárias e violentas prisões de seus colegas durante a realização do III ENE;

Unindo-nos ao papel picado dos paulistas que apoiavam as passeatas de estudantes e populares contra as prisões;

Unindo-nos à dor das famílias que viram os seus serem aprisionados ou banidos quando tentavam expressar-se livremente;

Unindo-nos às notas oficiais de entidades como OAB, ABI, Igreja e outras;

Unindo-nos aos manifestos de intelectuais e professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília;

E ainda, unindo-nos àqueles que têm suas vozes sufocadas pela repressão;

REPUDIAMOS categoricamente todas as arbitrárias prisões ocorridas recentemente em todo território nacional, que, em pouco mais de um mês, se elevaram a mais de MIL.

O nosso repúdio se estende às perseguições, inquéritos e interrogatórios de que são vítimas nossos colegas, salientando o que ocorre com o Presidente do DARPP, intimado a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social dia 06/06, às 9 horas da manhã.

Estudantes de todo o país já estão se manifestando.

Greves de protesto contra punições e inquéritos paralisam a Universidade de Brasília e milhares de estudantes do Rio de Janeiro. Bahia já está em greve contra as prisões.

São Paulo tem Assembléia Metropolitana marcada para hoje (06/06).

FIM ÀS PRISÕES ARBITRÁRIAS.

PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PERSEGUIDOS POLÍTICOS.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS."

DARPP (Ciências Humanas)	CAP (Psicologia)
DAST (Tecnologia)	GEM (Engenharia Mecânica)
DABC ( Biologia e Ciências)	CEGEP (Geologia)
DACIESA (Ciências Sociais Aplicadas)	CEGEO (Geografia)
DAAT (Educação)	GAU (Arquitetura)
DACISA (Ciências da Saúde)	GEQ (Engenharia Química)
DACE (Ciências Exatas)	

Sr. Presidente, tomamos a liberdade de pedir a transcrição nos Anais desta Casa, da carta aberta que circula em todos os jornais do País, de autoria do ex-Governador Paulo Pimentel ao Ministro da Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência lamenta informar que o tempo de que V. Exa. dispunha está esgotado e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. NILSO SQUAREZI — Eis, na íntegra, a carta de Paulo Pimentel ao Ministro Ney Braga.

"Curitiba, 06 de junho de 1.977.

Exmo. Sr. Ney Braga

Ministro da Educação e Cultura.

Primeiramente, a intimidade do tratamento justifica-se para efeito de melhor compreensão. Creio, entretanto, que não haverá nenhum desrespeito em tratar por você um dos mais influentes Ministros do atual governo.

Eu sei, você sabe, todos sabem . . ."

Sr. Presidente, cesso a leitura, porque o colega que me sucederá, no Pequeno Expediente, deverá continuar a leitura desta carta, a fim de que ela fique totalmente transcrita nos Anais desta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A violência do Poder encontra resistência na humildade de um poderoso". É a manchete de hoje do "O ESTADO DO PARANÁ". Se Ney aceitar, Paulo doa a Rádio Emissora recentemente fechada.

Poderoso, e humilde neste momento, é o Sr. Paulo Pimentel que aceita a regra do jogo e joga o tipo de jogo que eles querem jogar.

Submete pela sua própria vontade, a manifestação da mais pura coragem neste País. Submete-se ao risco de ser seqüestrado de toda a sua economia, até de seus próprios direitos, porque tem coragem de desafiar o Poder.

O Sr. Paulo Pimentel mostra hoje à Nação, com a sua carta transcrita no jornal de maior circulação neste País "O Estado de São Paulo" que é, e nós não sabíamos, um grande herói.

Arrisca jogar tudo numa só cartada, mas mostra ao Brasil a sua capacidade autêntica de homem público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuarei a leitura iniciada pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi, inserida no jornal "O Estado de São Paulo, edição de hoje; a carta de Paulo, três laudas e meia, segue o importante: "Antes de sugerir ao Ministro Ney Braga a volta da Iguaçu ao ar, em troca da transferência da parte que detém do capital da Rádio, a sua parte, Ministro é fácil: obter a revogação do decreto que tirou a emissora do ar".

O ex-Governador Paulo Pimentel, afirma em sua carta da condição mesquinha, ridícula e absurda, além de profundamente injusta. O importante, contudo, é responder a pergunta que se ouve por todos os cantos. Por que, punindo-se o empresário e o político, punir-se também os funcionários da empresa e o seu numeroso público que nada tem com essas desavenças?"

Paulo oferece, por doação, a Rádio que foi fechada.

A oferta de Pimentel, segue o editorial, neste trecho: "Nossa coletividade deseja e eu também, que a tradicional Rádio volte ao ar. Para isso estou disposto a doar a parte que me cabe sobre o seu moderno equipamento aos funcionários. Não estou pedindo, veja bem, que se levante a pena que me foi imposta. Como possuo a maioria das cotas sociais, esses funcionários, sob a supervisão do Ministério das Comunicações, seriam os novos proprietários e a fariam ressurgir".

Maravilhoso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis, na íntegra a carta do Sr. Paulo Pimentel a Ney Braga.

Continuando: "Por isso mesmo, não tenho eu, nem o Paraná e, já pela repercussão além dos seus próprios limites, não tem o Brasil nenhuma dúvida . . ."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar que o tempo concedido a V. Exa. está esgotado. No entanto, concede-lhe mais dois minutos para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

"... nenhuma dúvida de que toda a operação destruidora que se iniciou em fevereiro do ano passado contra os a minha pessoa, contra meus amigos, e, sobretudo, contra as empresas de que participo, foi idealizada, dirigida e supervisionada por você, como uma constante de ódio, já conhecida, mas cuja intensidade vai muito acima do que em qualquer época pude imaginar."

Terminarei aqui, Sr. Presidente, outro Deputado de nossa bancada continuará a leitura dessa manifestação de alto civismo, quebrar a abertura das portas da liberdade que o Brasil quer, que o povo brasileiro merece.

Continuará, desta tribuna, a voz do MDB, pelos seus representantes, pelos representantes do povo, em favor da verdade, em favor da justiça.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Inicialmente para concluir a manifestação iniciada pelo Deputado Lúcio Machado em relação à transcrição que faz de carta do Sr. Paulo Pimentel ao Sr. Ney Braga. Que conclui assim afirmando:

"Como possuo a maioria das cotas sociais esses funcionários, sob a supervisão do Ministério das Comunicações, seriam os novos proprietários, e a fariam ressurgir.

A sua parte, Ministro, é a mais fácil: obter a revogação do decreto que tirou a emissora do ar.

Perco eu, mas não perdem os funcionários, e suas famílias, e haverá, acima de tudo, um grande beneficiário, que será a enorme parcela do povo que ainda espera ter a sua rádio de volta.

Atenciosamente,  
Paulo Pimentel."

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O episódio ocorrido no Paraná, Londrina, no último dia 4, já narrado e discutido desta tribuna, para maior tristeza do Paraná e dos paranaenses, ganha notoriedade nacional.

Parece-nos necessário, Srs. Deputados, que a palavra do velho mestre Aliomar Baleeiro, com o Paraná e com os estudantes de Londrina, vítima do que lá ocorreu seja proferida nesta Casa. Permito-me iniciar a leitura da palavra escrita por Aliomar Baleeiro. (Lê):

"Como sujeito velho e que já tocou os sete instrumentos, proferi conferências ou falações em todos os Estados do Brasil, exceção, creio, do Piauí e do Acre. Deste, prezo-me de possuir o título de "cidadão acreano", por lei especial da Assembléia. Já falei, por vezes, a vaqueiros de chapéu de couro, debaixo de sol abrasador de meio-dia, e também já fui honrado pela presença de governadores. Certa vez, essa honra me foi concedida pelo simples cidadão à época, Ernesto Geisel, ao lado do Governador da Bahia, num longo comentário sobre a deformação do Poder Judiciário para finalidades partidárias, fato já estudado por professores ilustres em universidades estrangeiras.

Nesse ofício "língua" ambulante ou vagabundo palrador durante mais de 40 anos, inclusive em escolas de Guerra sob governos dos quais era adversário, nunca sofri a censura ou quaisquer restrições, inclusive numa aula inaugural, em 1943, na qual, a pedido dos estudantes, para provar que a democracia era compatível com as realidades brasileiras, contestei todas as teses contrárias da abundante literatura do DIP, de Vargas. Algumas edições clandestinas dessa aula circularam por obra do luminoso e infatigável Luiz Camilo.

Agora, quando já me preparava para encerrar, por idade, esse longo ciclo de conversas fiadas por muitos recantos do Brasil, eis que me sucedeu algo de inédito na simpática

Londrina, que apresenta notável progresso em menos de 50 anos de existência. Simpática, dentre outros títulos, pelas ruas limpíssimas, que abonam o Prefeito escolhido por eleições livres.

Já o mesmo não poderei dizer da hospitalidade, inteligência e bom senso do Governador e Secretários selecionados pelos métodos do "sistema", graças aos quais um antecessor do atual chefe de Estado, segundo publicaram e não foi contestado, teria sido convidado pelo Prof. Alfredo Buzard a deixar o emprego por coisas impróprias de menores e senhoritas. Deixou-o, e nada sofreu pelo AI-5.

As conferências que o Prof. Dalmo Dallari, ilustre cate-drático da veneranda Faculdade do Largo de São Francisco, e eu deveríamos pronunciar em Londrina no dia 4, provocaram o bloqueio de todas as ruas de acesso ao local da reunião com larga exibição de policiais, 2 dos quais me visitaram no hotel, provavelmente pelo zelo por nossa segurança física até pormos o pé na escada do avião de volta.

Lamento tudo isso por meu amigo, o nobre Ministro Ney Braga, que passa a ser o mentor da política paranaense e, por isso, responsável putativo por aquela tolice oficial.

Mestre Eugênio Gudin, homem polídlssimo aliás, vai ao expletivo e substitui "tolice" pela qualidade específica daqueles seres vivos que conjugam em todos os tempos o penúltimo dos verbos portugueses na última página do recentíssimo dicionário do lexicógrafo atualizado Dr. Jânio Quadros. O Governador do Paraná, pelas dúvidas, confira a citação nesse livro prestativo, se é realmente o verbo anterior a "zurzir", desde que este é o último de todos os do vernáculo.

Afinal, se eu falasse imediatamente depois de uma hora do brilhante Professor Dallari, já lá perto da meia-noite, o mais provável seria que pusesse a dormir uns 100 a 200 rapazes e moças dentre os 300 da capacidade da sala. Era uma garantia para a calma do sistema. Quem dorme não atrapalha, nem diverge.

No fim, tive prova do óbvio: sem outras armas, além da nova edição constitucional com as emendas 7 e 8 de abril último, cidadãos não se podem reunir, fora de estado de sítio, como garante aquele diploma da Junta de 1969 revisto e aumentado pelo constitucionalista Geisel.

Em todo caso, como este, no emprego de Presidente, não me censurou até hoje uma vírgula na "Folha", peço permissão a esta para fazer aqui, em resumo, a nova batalha de Itararé — a conferência que não houve, endereçando-a aos seus jovens leitores de Londrina."

Não me permite o tempo, Sr. Presidente, que conclua as palavras de Aliomar Baleeiro sobre o espetáculo triste, vexatório, vergonhoso, de Londrina.

Fará a continuação da leitura, o companheiro que haverá de me suceder na tribuna.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando alguém toma uma atitude nobre e efetivamente altruística, qual é a atitude do Sr. Paulo Pimentel consubstanciada na carta endereçada a S. Exa. o Sr. Ministro Ney Braga, a manifestação de aplauso está bem acima da bandeira partidária.

É por isso que aqui nos encontramos, fazendo coro à disposição da bancada do MDB, em aplaudir o Sr. Paulo Pimentel. Por isto afirmamos, Sr. Presidente, que é de todo digna de admiração a atitude assumida pelo Sr. Paulo Pimentel, que, se dispôs a transferir todo o seu patrimônio acionário da Rádio Iguaçu, aos funcionários da referida emissora desde que a mesma retorne às suas atividades normais.

"Entendendo que a reabertura da tradicional Rádio

Iguaçu é reivindicação de toda a população curitibana, paranaense e até brasileira visto que seu fechamento motivou manifestos de repúdio firmados por todas as classes sociais e empresariais e observando novamente presentes os sentimentos de vingança e de perseguição, não obstante, e cujos efeitos afetam diretamente o povo, apesar de alheio às querelas políticas que existem entre os dois ex-governadores do Paraná, é indubitável que a excelente estrutura técnica e funcional da emissora, seu competente quadro de profissionais e sua notória programação apolítica noticiosa de utilidade pública e de lazer, motivaram milhares de manifestos de repúdio à decisão governamental.

Por isto nós formulamos a presente proposição, esperando que o altruísmo evidenciado na decisão do Sr. Paulo Pimentel, cuja atenção está de todo voltada aos funcionários da empresa e à população curitibana, seja sentido pelo Minsitro Ney Braga, motivando-o a interceder junto ao Ministério das Telecomunicações, com propósitos de revogação do malfadado decreto.

Por isto submeto este requerimento à apreciação do Plenário. (Lê):

" Senhor Presidente.

Osório Valter Pietrângelo, o Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Minsitro Ney Braga, da Educação e da Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que o mesmo atue em nome do Paraná, como o faz habitualmente, junto ao Ministério das Telecomunicações, objetivando a revogação do Decreto que declarou perempta, a concessão para funcionamento da Rádio Iguaçu, desta Capital.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

É de todo, digna, de admiração a atitude assumida pelo Senhor Paulo Pimentel que se dispôs transferir todo o seu patrimônio acionário da Rádio Iguaçu para os funcionários da referida emissora, desde que a mesma retorne às suas atividades normais.

A reabertura da Rádio Iguaçu é reivindicação de toda a população curitibana, paranaense e brasileira, visto que seu fechamento motivou manifestos de repúdio firmados por todas as classes sociais e empresariais.

Novamente presente os sentimentos de vingança e de perseguição, cujos efeitos afetam diretamente o povo, apesar de alheio às querelas políticas e pessoais havidas entre os dois ex-governantes do Paraná.

É indubitável que a excelente estrutura técnica e funcional da emissora, seu competente quadro de profissionais e sua notória programação apolítica, noticiosa, de utilidade pública e de lazer, motivaram milhares manifestos de repúdio à decisão governamental. Porisso, formulamos a presente proposição, esperando que o altruísmo evidenciado na decisão do Senhor Paulo Pimentel, cuja atenção está de todo voltada aos funcionários da empresa e à população curitibana, seja sentido pelo Ministro Ney Braga, motivando-o a interceder junto ao Ministério das Telecomunicações, com propósitos de revogação do malfadado Decreto."

Como afirmou o Deputado Enéas Faria, Sr. Presidente, daremos continuidade à leitura do texto do pronunciamento do Sr. Aliomar Baleeiro:

(Lê): Prosseguindo: "... faria nos minutos iniciais ligeiro resumo da formação do Estado no Brasil, desde a fase embrionária na colônia, até as: Emendas Constitucionais números 1/69, 7 e 8, de 1977, salientando que, a partir de 1924, vivemos 130 anos de democracia e 22 de discricionarismo. Democracia imperfeita, mas democracia com liberdade, ressaltados os estados de sítio da República Velha e o de Lott no fim de 1955.

Em seguida, salientaria o papel jurídico da Constituição —

seja costumeira como a da Inglaterra e Israel, seja escrita e mais ou menos rígida, como a da grande maioria dos Estados contemporâneos.

Afinal, para mim, Constituição é o ato que institucionaliza o Estado, dá-lhe órgãos de expressão de sua soberania, não admitindo outro Poder superior ao dele dentro ou fora do país, e garantindo justiça e liberdade aos cidadãos com fiscalização e participação destas na escolha dos governantes. Um povo democrático dificilmente votaria no atual governador e seus secretários no Paraná, acrescido agora.

Rigorosamente, no mundo de hoje, só se pode conceber como Constituição aquela do Estado de Direito, que institucionaliza os órgãos titulares dos Poderes, define a competência deles, fixa-lhes o funcionamento harmônico e estabelece um conjunto de medidas efetivas para que os governados participem na formação do governo e das políticas ou programas deles, fiscalizem os agentes públicos, recebam proteção contra os abusos, o arbítrio e a truculência dos governantes".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamentavelmente informa a V. Exa. que o tempo que dispunha já se esgotou.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, como afirmou o Deputado Enéas Faria, nós enfatizamos que esse documento deverá ter prosseguimento na sua apresentação nesta Casa, através de outros companheiros.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem tantas injustiças transcritas nos jornais, desse Governo, que precisa o MDB revezar-se para leitura das mesmas.

Era minha intenção, Sr. Presidente, ler a carta que o Líder Paulo Pimentel escreveu a Ney Braga. Líder nato, Sr. Presidente, Paulo Pimentel, a líder tirado do bolso, Ney Braga. Fico até confuso, Sr. Presidente, nesta tribuna.

Não sei se continuo a ler aquilo que o Deputado Enéas Faria começou e que estamos nos revezando na leitura das injustiças que se praticam neste País. Não tenho tempo, também, para ler a carta, a verdadeira carta escrita pelo Sr. Paulo Pimentel, porque tenho, também, um assunto a tratar desta tribuna e que não pude e não tive tempo ontem, por falta de tempo, aqui, do plenário. Não vou ler nem uma e nem a outra, Sr. Presidente.

O povo já a leu; o povo já sabe das injustiças praticadas neste País e neste Estado.

Acho que o povo já tem conhecimento de tudo o que está se passando.

Registro, entretanto, Sr. Presidente, o nosso conhecimento pelas malandragens políticas havidas neste País e gosto sempre de repetir aquilo que aprendi nos bancos escolares, que se coaduna, que se aplica, hoje no Brasil, no Paraná e no meu Município. Eu li, eu estudei "As Catilínias" para o vestibular de Direito. Num dos capítulos, quando Catilina devassava o Império Romano como devassa, hoje, o Paraná, S. Exa., o Sr. Ministro Ney Braga, com ódio e com rancor, faltando só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocar fogo no Paraná e assistir, das arquibancadas, o incêndio de nossa gente, das nossas tradições.

Eu vi que Cícero dizia e repito o que já disse nesta Assembléia: — Quosque tandem Catilina patientia nostra — até quando Catalina abusareis da nossa paciência. É no dia a dia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a demonstração ...

(TÍMPANOS)

e, eu falei só três minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta



que V. Exa. conteste a advertência. Todavia, a anotação do relógio não mente. E eu faria, com todo respeito, a advertência, como costumeiramente a Presidência o faz aos Srs. Deputados que, da tribuna, se empolgam e esquecem do horário.

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente.

Advogado há 13 anos, acostumado a me empolgar mas, nunca a me esquecer do tempo, eu sei que usei de três minutos.

Até quando este estado de coisas acontecerá no nosso Estado?

Está aí o depoimento de Paulo Pimentel, acusando S. Exa. o Ministro Ney Braga, de ódio e do rancor, sei que, entretanto, ninguém toma providência. Quantos catilinas, Sr. Presidente, espalhados neste País e neste Estado, a devassar o nosso povo, a destruir aquilo que foi construído com carinho, com suor e com lágrimas.

Sr. Presidente, não tenho tempo para ler a carta, ela está aos ouvidos do povo. Entretanto, Sr. Presidente, queria ler um trecho de um artigo de "O Estado do Paraná" de hoje.

"Opressão de mais um Catilina".

Porque ontem, o Deputado Fabiano Braga Cortes colocou em dúvidas as nossas palavras, nós não somos, Sr. Presidente, homem de assumir esta tribuna para dizer inverdades. Eu disse que o ex-Delegado Dr. José Tavares da Silva, foi perseguido na cidade de Goioerê, está aqui a carta, Sr. Presidente, num trecho de sub-título que diz perseguido, no qual Dr. Tavares diz:

"Mudou o governo no começo de 1975.

Prossegue Tavares: "Fui mandado para Goioerê e o meu sentido de dever impôs-me, fazer investigações que descontentaram e desconfortaram os poderosos locais. Menos de um ano depois, retornava a Curitiba para a Delegacia de Vigilância e Captura".

Sr. Presidente, para registrar que nós ontem, quando aparteávamos o Deputado...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. está pedindo a palavra, pela ordem?

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Com a devida vênia solicito a V. Exa. que confira o horário, que o orador já ultrapassou três minutos do tempo concedido.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Só para registrar, Sr. Presidente.

Para não usarmos da palavra em outro horário, em Explicação Pessoal, é que nós ontem falamos a verdade. E quem está realmente equivocado é o Deputado Fabiano Braga Cortes, porque nós, além de lermos esta carta, falamos pessoalmente com o ex-Delegado José Tavares, e que realmente, os poderosos do mando político local, o tiraram de Goioerê.

Termino, Sr. Presidente, porque quando se começa a falar a verdade, começam-se as questões de ordem. É duro ouvir a verdade!

Até quando os catilinas abusarão da nossa paciência? — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Faz soar a campainha). — A Presidência confere a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente o Paraná, está nas manchetes do nosso País, quer pelo velho problema gerado com parte da imprensa paranaense, quer principalmente, pela voz autorizada do Ministro Aliomar Baleeiro, quando em seu artigo na "Folha de São Paulo" cita o Paraná em termos que não são os mais favoráveis.

Teve ele a felicidade de distinguir o povo dos homens que têm obrigação de comandar este Estado. Renova ele a participação do povo e dos estudantes, nos lances de Londrina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem nesta Casa, durante o Grande Expediente em aparte ao discurso pronunciado pelo eminente Deputado Osvaldo Macedo, o líder do Governo, Depu-

tado Luiz Roberto Soares, esclareceu que nem direta, nem indiretamente o Executivo Estadual, teve participação na repressão havida em Londrina.

É reconfortante que isto tenha ocorrido; é reconfortante que o Sr. Secretário de Justiça lá estivesse meramente como um observador, posição diferente da tomada em 1975, quando na cidade de Cornélio Procopio, acusava meu partido de estar embriagando a juventude.

Agora, o Sr. Secretário de Justiça, se ateve, segundo palavras da Liderança, a meramente observar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para que o nome do Paraná e dos paranaenses não fiquem maculados; para que se demonstre a este País que realmente aqui tem dono, eu vou ler o requerimento que faço a esta Assembléia e que solicito a todos os Deputados, da ARENA e do MDB, o apoio, pois não é mais possível que esta terra pareça não ter comando. Esta terra tem seus donos; ela pertence a todos nós. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer, que esta Assembléia Legislativa manifeste pelo voto a este, sua defesa intransigente do Direito Constitucional de Opinião e Expressão de Pensamento, de que foram privados em território paranaense os Srs. Ministro Aliomar Baleeiro, Jornalista Sérgio Buarque de Gusmão e o Professor Dalmo Dallari.

Outrossim, requer, seja dado ciência da vontade soberana da Assembléia às referidas personalidades em desagravo à frustração de seus direitos.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — Pela Constituição Federal em seu art. 153, § 8º lê-se: "É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura...;

2 — Ainda pela nossa Carta Magna temos no seu art. 153, § 27: "Todos podem reunir-se sem armas...;"

3 — O evento apesar de ocorrido em território paranaense e envolver a Polícia Militar do Paraná, não teve a participação direta ou indireta das autoridades maiores do nosso Estado conforme esclarecimentos prestados pelo eminente Líder do Governo;

4 — Compartilhamos a mesma desaprovação às medidas inconstitucionais praticadas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o requerimento que faço a esta Casa, não só para desagravo às pessoas que tiveram impedidos os seus direitos constitucionais no nosso território, como também para desagravar o nome do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ficou histórica a frase "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

Fala-se aqui na injustiça, fala-se aqui em estudantes e, ao se falar em estudantes, volto meu pensamento para Londrina, onde, na porta do Restaurante Universitário, um cartaz improvisado anunciava ontem que a partir de hoje o restaurante estará fechado, explicando também o motivo: não liberação da verba, primeira parcela de 25 mil cruzeiros por parte da Prefeitura Municipal de Londrina.

Ocorre que a Casa do Estudante está buscando a liberação de uma parcela de 25 mil cruzeiros da verba total de 200 mil que será destinada pela Prefeitura.

E a informação do Presidente da Casa do Estudante é que a liberação dessa parcela permitiria a solução provisória do problema.

Até aí não há nada a questionar-se.

Contudo a informação grave — grave e lamentável — é de que, apesar dos insistentes contatos que estão sendo mantidos nesse sentido, o Secretário-Geral da Prefeitura de Londrina diz aos estudantes que a verba só será liberada caso a diretoria da Casa do Estudante compareça à "Folha de Londrina" para fazer declarações quanto à boa vontade da Prefeitura em ajudar os estudantes.

Pasmem, Senhores, mas é a notícia. É a notícia do fato, do fato que está registrado, tanto na edição de ontem, como na edição de hoje do jornal "A Folha de Londrina".

A propósito, cabe aqui mencionar um tópico da notícia publicada ontem, onde se lê:

"Somente na semana passada foram mantidos três contatos com a Prefeitura, dos quais, obviamente, não se obteve nenhum resultado positivo, apesar da gravidade do problema, conforme disseram os estudantes. Na segunda-feira, quando do primeiro contato, os estudantes receberam a informação do Secretário Abraão de que a verba sairia no mesmo dia e mandou que eles retornassem na parte da tarde. "Nós voltamos" — diz Furlan, que é o Presidente da Casa do Estudante — "e o Secretário disse que a verba só seria liberada se soltássemos uma nota na "Folha", falando da boa vontade da Prefeitura. Fizemos então uma reunião e decidimos que não iríamos fazer isso". Na sexta-feira os estudantes voltaram a falar com o secretário-geral quando expuseram seu ponto de vista a respeito da questão. "Dissemos que não tínhamos nada de concreto e que ficaríamos mais satisfeitos com uma ação prática por parte da Prefeitura".

Na tarde da mesma sexta-feira, novo encontro: Abraão disse que "A Prefeitura não concordou com a nossa posição e, portanto, não iria liberar a verba", segundo os estudantes.

É por isso que faço aqui este registro, não no sentido de denúncia, de crítica, apenas de combate. Mas o faço para que sirva também de apelo para que não se use o estudante apenas para tecer críticas, mas que se esqueçam as miudezas e infantis exigências, dando-se aos estudantes londrinenses, a ajuda que eles pedem, que precisam e que consta do orçamento.

O episódio, a propósito, faz-me lembrar do velho dito: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

Gostaria ainda de registrar aqui, com satisfação, a notícia que vejo hoje publicada em despacho de Brasília.

Permita-me V. Exa., inclusive já usando o horário de nosso Partido, notícia que indiscutivelmente é uma demonstração cabal de que o diálogo é o melhor caminho, é o caminho correto, é o caminho que a classe política deve procurar, quando efetivamente pretende encontrar uma solução.

A notícia de Brasília diz que o Ministro da Educação, Ney Braga, recebeu ontem à tarde, em seu gabinete, uma Comissão formada pelos Senadores Magalhães Pinto, ARENA, Henrique La Roque, ARENA, Itamar Franco, MDB e Saturnino Braga, MDB. Durante o encontro que durou 45 minutos foram debatidos assuntos da área estudantil. Após a reunião com o Ministro Ney Braga, o Senador Magalhães Pinto falou aos jornalistas credenciados no Ministério de Educação e Cultura, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, primeiro, faz uma comunicação: o tempo que V. Exa. dispõe, no Pequeno Expediente, já se esgotou; em segundo lugar, há outro Deputado inscrito para o Pequeno Expediente. Portanto, V. Exa. não pode usar do tempo reservado à Liderança da ARENA.

No entanto, a Presidência o inscreve para usar os 15 minutos destinados à Liderança da ARENA.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Exa., na verdade, entendia que era o último orador do Pequeno Expediente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faleceu, ontem, na cidade de Paranavaí, onde residia, o ex-Deputado Estadual, Aldo Silva.

Aldo Silva, embora tendo nascido em Curitiba, armou-se de coragem e foi enfrentar a região Noroeste, há muitos anos atrás, quando ela, então, começava praticamente a emergir no cenário geográfico de nosso Estado.

Na cidade de Paranavaí, Aldo Silva exerceu diversas atividades, entre as quais merecem ser destacadas o radialismo e o jornalismo. Mas, também formado em Direito, durante longos anos, exerceu a sua profissão. E também foi membro do Ministério Público, bem como Professor da Escola Técnica de Comércio daquele município.

Mas, não ficou apenas limitado às atividades particulares. Embrenhou-se pelo mais áspero dos caminhos que é aquele relativo à vida pública.

Retornou a Curitiba, na condição de Deputado Estadual, em 1947, para participar da Assembléia Constituinte que instalou-se àquele ano e da qual resultou Constituição do Estado.

Como Deputado foi membro da Comissão de Finanças, alçou-se à segunda vice-Presidência da Assembléia Legislativa e também, por um período de dois anos, ocupou a função de primeiro Secretário da Comissão Executiva desta Casa.

Em seu município, ele também, com a sua vocação para o Parlamento, manteve-se por quatro Legislaturas na Câmara Municipal de Paranavaí.

E a sua conduta, a sua dignidade e, sobretudo, a sua dedicação no exercício dos mandatos eletivos que lhe foram outorgados, o de Deputado Estadual em 47 e, mais tarde, aqui também chegou em 1961 como suplente, e o de Vereador na Câmara Municipal de Paranavaí, estão a exigir desta Assembléia Legislativa, um momento de reflexão, de retorno de olhos ao passado, para que todos nós possamos, hoje, quando Aldo Silva não mais existe, homenagearmos a memória de quem só se pode dizer que muito ficam a dever à região Noroeste do Estado do Paraná, o próprio Estado do Paraná, e, principalmente, à Assembléia Legislativa.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os ilustres Deputados, Waldenício Barbalho e Edilson Alencar, apresentaram à mesa requerimento de pesar que eu também subscrevi, e através dele espera-se que esta Casa como sempre o fez em relação àqueles que aqui estiveram ou relativamente aos que pela sua própria vida só serviram ao seu Estado...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos).  
O SR. ACCIOLY NETO — ... devam ser homenageados pelo exemplo e paradigma que representam para as novas gerações.

Era só, Sr. Presidente.. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é a primeira vez que assumo a tribuna para falar do Teatro Guaíra.

Das vezes anteriores, limitei-me à crítica. Hoje, prefiro usar a denúncia.

E a farei nos seguintes termos, Sr. Presidente:

"TEATRO DO POVO OU POVO DO TEATRO."

Em 30 de março último esta Casa aprovou um pedido de informações que apresentei, quanto a possíveis irregularidades no Teatro Guaíra.

Em 05 de maio chegou-me às mãos a resposta, que, nesta oportunidade, com a responsabilidade de meu mandato, tomo por base, para formular uma denúncia pública e solicitar a quem de direito enérgicas providências.



Relato à Casa, as perguntas que efetuei, as respostas que obtive e faço os comentários necessários, em face da documentação de que disponho e a realidade dos fatos, pois infelizmente as informações prestadas não correspondem absolutamente com a realidade dos fatos.

Vejamos:

1ª PERGUNTA: "Qual o custo mensal do Curso de Teatro da Fundação Teatro Guaíra, número de professores, pessoal burocrata, e salários?"

RESPOSTA DA FUNDAÇÃO: "O Curso Permanente de Teatro mantido por esta Fundação, único com tais características no Estado do Paraná e específico para a formação de atores, conta com o número de 16 professores, 1 coordenador, 1 secretário, 1 inspetor de alunos, perfazendo um total de 19 empregados, dos quais 3 burocratas e 16 professores.

Custo mensal com o Curso em questão, é:

Salários — 34.290,00 cruzeiros;

INPS e Fundo de Garantia — 9.365,00 cruzeiros em 49, perfazendo um total mensal, de custo, este Curso, de 43.925,49 centavos".

O NOSSO COMENTÁRIO: Admitindo-se como reais os números que nos são fornecidos pela Fundação Teatro Guaíra, devemos concluir que o custo anual do Curso de Teatro é da ordem de 527.105,00 cruzeiros e 88 centavos, não se incluindo nesta importância, o décimo-terceiro salário estabelecido por lei, que representa mais 43.925,49 centavos, de despesa obrigatória só com pessoal, não se levando em conta material de consumo, energia, conservação etc. Mais de meio milhão de cruzeiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tanto dinheiro, para quantos alunos?

Resposta que teremos, na pergunta seguinte:

2ª PERGUNTA: "Quantos alunos se formaram no Teatro, o ano passado?"

RESPOSTA: "Os alunos que se diplomaram no ano de 1976 no Curso Permanente de Teatro, foram em número de 3."

NOSSO COMENTÁRIO: Um curso de custa anualmente, para os cofres públicos, mais de 571.031,47 — isto baseado no salário de 1976, se hoje nós fizermos o reajuste basta computar o acréscimo do salário para vermos que ele ultrapassará os 700.000,00 cruzeiros!

571.000,00 cruzeiros, para só formar 3 alunos! Data vênua, é escandaloso, chega às raíais do deboche, de total menosprezo ao dinheiro do contribuinte.

Somos obrigados a concordar com a Fundação — é o único com tais características, no Estado do Paraná e talvez seja também o único no mundo inteiro. Manter, ou justificar a existência de tal absurdo, é até um ato criminoso!

Quero crer que o Governador do Estado ignora tal fato. Uma violência a qualquer filosofia de Governo que pregue a austeridade e rígido controle sobre a arrecadação de despesas.

E nos surpreende que o Secretário da Educação que assina o expediente encaminhando às nossas mãos a resposta fornecida pela Superintendência do Teatro Guaíra ao nosso Pedido de Informações, não tenha ao menos confrontado as perguntas que fizemos, com as respostas distorcidas, tendenciosas e principalmente sonegadas de verdade, como provaremos a seguir, exibindo idônea documentação.

3ª PERGUNTA: "Quantos professores foram demitidos no mês de janeiro, do Curso?"

A RESPOSTA: "No mês de janeiro do corrente ano não foi registrada demissão de nenhum professor do Curso em questão, tendo sido verificada em 28 de fevereiro do corrente, a rescisão de contrato de duas professoras, por decisão da Diretoria e do Conselho Deliberativo".

NOSSO COMENTÁRIO: O fato ocorreu. Duas professoras foram demitidas. O Teatro Guaíra confirma o ato de perseguição, fazendo apenas questão de afirmar que não foi em janeiro, mas, sim, em fevereiro, o que tanto faz.

4ª PERGUNTA: "Se houve astamento de professoras, os motivos têm alguma relação com a denúncia pública que fizeram no mês de dezembro, motivada pela recusa de verba por parte do Conselho Deliberativo e da Superintendência, para a montagem do "espetáculo - prova" dos alunos do curso de teatro?"

RESPOSTA: A razão pela qual houve por bem a Fundação rescindir os contratos das professoras em causa, efetivamente relaciona-se com a "denúncia pública" apresentada pelas mesmas, pois não houve recusa de verba para o trabalho que deveria ter sido apresentado. Tratava-se de prova de alunos, e a direção deixou o guarda-roupa do Teatro à disposição do CPT. A maquinaria construiu os cenários e somente não houve melhores resultados em função do boicote efetuado pelas professoras, as quais pelas suas atitudes caracterizaram indisciplina, prejudicando a Fundação e diretamente o curso para o qual trabalharam.

Soma-se o fato de uma delas manter, ultimamente, um comportamento inconveniente no relacionamento com alunos e colegas, o que não está de acordo com a conduta de um profissional do magistério.

Considerando as normas fixadas pela Consolidação das Leis trabalhistas, que faculta ao empregador, no momento em que determinada tarefa não é mais necessária, fazer a rescisão contratual, nada há a comentar sobre as providências tomadas.

O nosso comentário: Pelo contrário, há muito que se comentar sobre a dispensa das professoras, baseada numa denúncia pública, através da imprensa. Sobre o acerto de contas em que as professoras se consideraram prejudicadas e sobre a estranha acusação de comportamento "inconveniente", com visível intuito de insinuar a falta de moral das mestras. A afirmativa é maldosa, e, segundo estamos informados, provocará um processo na justiça comum, contra os responsáveis por essa difamação.

5ª PERGUNTA: "Quanto ao montante da verba solicitada?"

A resposta: Quanto ao montante da verba, temos a informar que há um equívoco, pois a Coordenação solicitou apoio técnico e financeiro, no que foi atendida dentro das possibilidades da Fundação.

Nosso comentário: A resposta evidentemente não nos satisfaz, pois, se foi solicitado apoio financeiro, haveria logicamente um "quantum". Por que omitir o "quantum"? Omitiu-se porque o "quantum" não passava da cifra dos cinco mil cruzeiros, para um curso que custa mais de quinhentos mil cruzeiros anuais. A uma prova final, uma peça montada para o "espetáculo-prova" nega-se a importância de cinco mil cruzeiros.

6ª PERGUNTA: "Existem outros casos de demissão de professores por críticas públicas à atual administração do Teatro Guaíra?"

Resposta: Outros casos semelhantes existem, não pela crítica em si, mas pelos danos com ela causados ao trabalho que vem sendo desenvolvido na Fundação Teatro Guaíra por ser improcedente de todo.

Nosso comentário: Quer nos parecer que maiores danos causa o comportamento irracional e pouco sóbrio da Superintendência do Teatro Guaíra, e ao trabalho ali desenvolvido, do que as críticas eventuais que recebe pública e particularmente.

E prosseguindo, Sr. Presidente, o professor anteriormente demitido — já que confessaram que havia mais casos de demissão — já foi admitido, segundo comenta-se após levar o conhecimento do fato ao Governador do Estado.

Ora, se o professor não servia e foi demitido, por que é readmitido agora?

A 7ª pergunta formulada: "Funcionários burocratas da Fundação Guaíra têm recebido, sob alegação de absoluta necessidade de serviço, até 150 horas-extras mensalmente?"

A resposta do Teatro Guaíra: Horas-extras. A fundação paga a seus empregados, quando necessário, até um limite de 60 horas-extras mensais, conforme determina a CLT. Em uma ocasião, houve necessidade de extrapolar tal limite: na inauguração

do Grande Teatro Guaíra, quando se exigia um espetáculo gradioso a ser montado em prazo relativamente curto".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui a primeira mentira do Teatro Guaíra, que conseguimos provar documentalmente. Tenho em mãos uma ordem de serviço número 17/75, nos seguintes termos: "Ordem de Serviço — A Diretoria Administrativa da Fundação Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições legais, resolve, autorizar o pagamento de 150 horas-extras aos funcionários Fernando Silveira da Cunha e Ojier Tadeu Júnior, referentes ao mês de agosto próximo passado, por absoluta necessidade de serviço junto ao Departamento de Economia e Finanças. Gabinete da Diretoria Administrativa em 02 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, responderam-nos dizendo que em uma única ocasião, havia sido necessário ultrapassar o limite de 60 horas e teria sido por ocasião da inauguração do Teatro Guaíra. A inauguração do Teatro Guaíra foi no início de 1975. Esta Ordem de Serviço é de agosto. Portanto, é procedente o nosso comentário.

8ª Pergunta: — A Fundação pagou a importância de 4 mil cruzeiros por serviços de datilografia de textos a serem usados no Curso Permanente de Teatro?

Resposta: — Pagamento pela confecção de textos — Desconhece a direção da Fundação Teatro Guaíra qualquer pagamento feito, ultimamente, referente à datilografia de textos para o Curso Permanente de Teatro, não constando em sua documentação nada desta natureza. Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro documento que tenho em mãos e que comprova estar a administração do Teatro Guaíra sonhando a verdade. Apesar de severo controle exercido sobre todos os documentos do Teatro Guaíra, quando deveriam ser do conhecimento público que é uma Fundação que gera o dinheiro público, me chegou em mãos essa fatura no valor de quatro mil cruzeiros, assinada pela Sra. Rosemary Tadeu, visada e com o pague-se da Superintendência referente a serviços de datilografia de textos a serem usados durante o exercício de 1975, pelo Curso Permanente de Teatro.

Srs. Deputados, recebemos; esta Casa, este Poder recebeu uma informação de que não consta no Teatro Guaíra, que desconhece a Diretoria da Fundação Teatro Guaíra, qualquer pagamento para elaboração de textos datilográficos e eu tenho em mãos documento 007 que constou do processo de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas deste Estado, no valor de quatro mil cruzeiros, o que desmascara esta resposta, o que coloca esta Casa e os Srs. Deputados até em brios porque, afinal de contas, se este Poder está aqui para corroborar com as irregularidades que ocorrem com o dinheiro público, não é mais possível se omita e que a Casa fique em silêncio.

Por sinal, vejam a ironia: — O documento é 007 — agente secreto.

9ª Pergunta: — A pessoa beneficiada e que assinou o recibo é datilógrafa habilitada?

Resposta: — Face o item anterior tal questão acha-se prejudicada. A resposta anterior foi que não existia um pagamento para datilógrafa.

Achamos necessários argumentar — quem se acha prejudicado, é a Fundação Teatro Guaíra com diretores que escondem a verdade e quando não conseguem, tentam camuflar. A destinação que se dá a milhares de cruzeiros, anualmente, daquela Fundação, deve ter uma mesma e nebulosa aplicação. Sonegar a verdade é crime de responsabilidade nitidamente caracterizado. Sonegando a verdade está, não só a este Poder mas ao próprio Secretário da Educação, aliás, cuja omissão pode torná-lo co-responsável.

10ª Pergunta: — É costume no serviço público daquela Fundação se contratar tal tipo de trabalho?

Resposta: — Não, pois conta a administração com pessoal disponível para realização de seus trabalhos rotineiros.

Comentário: — Comprovada a sonegação da verdade nas

respostas devemos considerar que certos recibos não podem ser assinados pelo pessoal estável e nem ser de seu conhecimento. É constrangedor chegar a esta conclusão. Aqui estão fotocópias de recibos sob números 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 do Processo de prestação de contas ao Tribunal de Contas, assinados por funcionários por horas-extras que, acredito, nunca foram com certeza cumpridas. Os limites são ultrapassados, os dados incompletos e as assinaturas indecifráveis e misteriosas. É um triste retrato de desordem administrativa, de desrespeito à coisa pública e de desafio aos órgãos de fiscalização estadual. O Tribunal de Contas não tem meios de comprovar se realmente as horas extras foram ou não efetivadas, daí as contas terem sido consideradas corretas.

11ª pergunta: — Quanto a Fundação pagou, em cruzeiros, a uma companhia argentina por duas apresentações da Ópera "O Matrimônio Secreto"?

Resposta: — A apresentação da Ópera "O Matrimônio Secreto" não implicou em qualquer pagamento de produção.

O Teatro Colón, de Buenos Aires, colocou o espetáculo gratuitamente à nossa disposição como trabalho de intercâmbio entre duas entidades oficiais de dois países vizinhos e amigos. Couberam à Fundação Teatro Guaíra, somente as despesas de transporte e estadia.

A realização foi feita a preços populares, facilitando o acesso do público. Foi uma forma de mostrar à Capital paranaense um espetáculo de alto nível artístico e cultural."

Sr. Presidente, o nosso comentário:

"A crítica considerou o espetáculo de baixo nível artístico; artistas locais, tiveram de ser contratados apressadamente, para completar o elenco argentino. Tendo a iniciativa resultado em completo fracasso de público e bilheteria. Com um custo que não foi fornecido, não foi respondido qual o custo, por ser acredito, impublicável.

12ª pergunta: — Qual foi o borderô resultante destas exibições?"

E a resposta vem:

"Realmente não houve lucro financeiro em tal empreendimento, mas culturalmente, o valor não pode ser medido.

O resultado do borderô é o seguinte para as duas apresentações:

Renda bruta . . . . .	Cr\$ 36.980,00
SBAT . . . . .	Cr\$ 739,00
Cartazes . . . . .	Cr\$ 1.450,00
Renda líquida . . . . .	Cr\$ 34.791,00
Convites . . . . .	430
Público pagante . . . . .	934

Comentário: — Realmente, não houve lucro. O que houve realmente, foi um prejuízo custeado pelos cofres públicos neste empreendimento de valor cultural duvidoso, cuja arrecadação não chegou sequer para pagar a hospedagem dos artistas e o passeio dos diretores do Guaíra que foram a Buenos Aires contratá-los. O reduzido público que assistiu a ópera estava dividido entre convidados 430 e pagantes 934.

A 13ª pergunta, foi a seguinte:

"Através da Resolução 43/77 o Conselho Deliberativo da Fundação Teatro Guaíra autorizou pagamento de cem mil cruzeiros por três apresentações de grupo de "ballet" do Taiti no mês de junho.

Perguntamos: — Existe uma previsão de equilíbrio entre despesa e receita? No caso de prejuízo quem arcará com todo o custo do espetáculo.

Resposta: — Quanto à apresentação a pagamento de cem mil cruzeiros ao grupo "Les Grand Ballet de Taiti", é realmente uma verdade. O povo curitibano deve ter oportunidade de assistir espetáculos que representam a cultura dos países amigos. Há possibilidade de retorno financeiro, e a Fundação tem estrutura para arcar com a responsabilidade do empreendimento por ser uma empresa".

Ora, Srs. Deputados, vejam bem a resposta, "O povo curitibano deve ter oportunidade de assistir tais espetáculos".

"A Fundação nada diz sobre o valor do citado "ballet", porque nada sabe a respeito.

Comprou e vai pagar cem mil cruzeiros pelas exhibições sob a alegação de dar ao povo bons espetáculos e mostrar a ele a cultura dos países amigos.

Ora, o povo, sempre o povo. Quando que o povo terá oportunidade de ver "ballet", no Guaíra, cobrando-se Cr\$ 200,00 por pessoa, o que vale dizer, se a família for de 5 membros, terá que dispor de um milhão. Isto chama-se prodigalidade, no entanto, orgulhosamente, a Superintendência da Fundação admite ter estrutura para arcar com o prejuízo por ser uma empresa, mas negou apoio financeiro ao curso de Teatro. A Fundação é uma empresa que só capta para custear sua imensa folha de funcionários, o luxo de suas promoções e a mordomia escandalosa de alguns de seus diretores, recursos dos cofres públicos que saem do bolso do povo, o mesmo povo que nunca é convidado para ver os espetáculos que ali se realizam e digo mais, povo, que é proibido de ir a tais espetáculos, pois as apresentações de "ballet", sempre a preços proibitivos.

14 — Há um critério de se negar auxílio a grupos locais e de se agir com prodigalidade com grupos exóticos vindos do exterior?

R. — Somente os grupos locais são agraciados com auxílios para montagem de seus trabalhos. O critério adotado é de que o trabalho traga benefícios culturais à população o que se verifica pela análise dos textos e elencos a serem apresentados, praticamente todos os grupos paranaenses têm sido beneficiados de alguma forma pela Fundação, é conveniente que se esclareça que a diferença entre comprar um espetáculo para mostrar à população e auxiliar um grupo para montagem de seus trabalhos. No ano de 76 a Fundação auxiliou a 20 grupos com um gasto total de Cr\$ 685.500,00 e comprou espetáculos num gasto de Cr\$ 294.488,00 para um total de 18 apresentações artísticas.

Comentário: — É difícil contestar números globais que são fornecidos conforme a conveniência da Fundação. Entre tantas pequenas médias e grandes "verdade" só confrontando documentos poderemos aceitar esta resposta, pois o descontentamento existe entre os grupos locais.

15 — O Quarteto Guaíra constituído por músicos residentes em outros Estados, quando foi formado, quanto já recebeu até a presente data, em salários, "cachets", passagens aéreas e hospedagem?

R. — O Quarteto Guaíra, formado experimentalmente, de alto nível artístico foi constituído em 01 de abril de 1976, e admitido na Fundação com vínculo empregatício pelo prazo determinado de 9 meses, tal contrato já está terminado, porém a resultante do trabalho foi sua apresentação local e em diversos Estados do País, tendo inclusive sido gravado um "long-play", bastante apreciado pelos conhecedores da boa música.

O Custo anual com o Quarteto foi o seguinte:

Músicos .....	Cr\$ 156.650,00
INPS/FTGS .....	Cr\$ 44.018,65
TOTAL .....	Cr\$ 200.668,65

Quanto a gastos com passagens, hospedagem e alimentação com os componentes do Quarteto Guaíra, informamos que se enquadram com as tarifas normais de passagens aéreas, e permanência de dois dias em hotel de padrão médio desta Capital, para uma série de 2 concertos mensais. A documentação acha-se devidamente contabilizada e aprovada pela inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas, estando à disposição de qualquer auditoria, em qualquer oportunidade. O Quarteto era composto pelos seguintes músicos de renome internacional: Jerzy Milewski, Aleida C. S. Milewski, Gerhard Peter Dawelberg e Gussy de Almeida Neto.

Comentário: — Já se sabe o custo do tal Quarteto Guaíra — Duzentos mil cruzeiros — gastos para reunir músicos de outros Estados, a fim de se apresentarem em outros Estados como se fossem daqui do Paraná. Passagens aéreas, hotéis e "cachets", tudo em nome da arte e para que no final ficasse um "long-play" gravado "bastante apreciado pelos conhecedores da boa música". Somos nós os desajustados para entender tanto esforço em favor da cultura do Paraná, ou é a Fundação que brinca de debochar do povo? Deve haver um equívoco, um grande equívoco, não com relação à documentação relacionada com o Quarteto Guaíra, que o T.C. considerou legal, mas com a insensibilidade destas pessoas que o governo delegou poderes para gerir o Teatro Guaíra cometendo toda sorte de generosidades sempre em nome da arte e da cultura.

16 — Quantas apresentações realizou até hoje o Quarteto? Quem são seus integrantes e qual o vínculo que possuem com a Fundação?

R. — Não há mais vínculo dos músicos com a Fundação, porém o contrato foi integralmente cumprido.

Comentário: — E quanto ao número de apresentações? Quantas foram? Em que Estados? O culto povo curitibano chegou a ouvi-los? Se houvessem respostas, por certo seriam também "verdadeiras" como as que já comprovamos.

Mas, prossigamos:

17 — Existem motoristas contratados pela Fundação designados para prestarem serviços na carpintaria do Teatro?

Resposta: — Quanto a um motorista prestando serviços na Carpintaria, podemos informar que o empregado em questão, através de requerimento assinado, conforme o protocolo sob número 14/77, de 13/01/77, solicitou fosse transferido para o Setor de Maquinaria. Sendo pessoa de confiança e conduta sempre irrepreensível, julgou a direção que seu pedido devia ser atendido, tendo sido efetivada a alteração de seu contrato de trabalho, sem que nenhum prejuízo viesse o mesmo a sofrer na sua remuneração.

Comentário: — Sabemos que o motorista é um profissional habilitado para dirigir veículos, que não é carpinteiro e que não foi designado para a função a pedido. A medida foi punitiva, meramente punitiva, e mais uma vez a nossa denúncia se confirmou.

18 — Motoristas da Fundação foram forçados a pedir demissão por terem se recusado a prestar serviços particulares para diretores, fora de horário de expediente e utilizando os carros oficiais?

R. — Desconhece esta Fundação caso de motorista forçado a demitir-se por questão particular com qualquer dos diretores, convém salientar que os horários do Teatro Guaíra diferem dos horários dos demais órgãos públicos, pois seu trabalho se prolonga até altas horas da noite e aos sábados e domingos. Assim é conveniente que seu pessoal, ao ser admitido, concorde em trabalhar, quando necessário, fora do período considerado normal em demais empregos, garantidos todos os seus direitos trabalhistas.

Comentário: — A Fundação considera normal um motorista ficar à disposição da família do seu Diretor Superintendente? Esperar longas horas na porta de salão de beleza? Ou casas comerciais? É normal viajar para as praias em carro oficial nos fins de semana? Ou entregar um veículo sob sua responsabilidade a diretores para viagens com fins ignorados? O motorista demitido, depois deste nosso pedido de informação, foi convidado a se reintegrar aos quadros da Fundação, mas em outra função, naturalmente.

19 — Existe no Conselho Deliberativo da Fundação Teatro Guaíra algum conselheiro com mandato vencido?

R. — Quanto ao mandato dos Conselheiros, o estatuto da Fundação Teatro Guaíra, em seu artigo 32, estabelece:

"Os mandatos considerar-se-ão prorrogados até a posse dos sucessores".

Como ainda não houve designação e conseqüente posse de novos Conselheiros, os mandatos estão em plena vigência.

Comentário: — Nova denúncia confirmada. Perguntamos se existiam mandatos vencidos. A resposta, evasiva, como sempre, quer justificar a prorrogação. O Conselheiro Fernando Veloso, por mais de uma vez foi reconduzido ao cargo e há mais de um ano — desde março de 76 — está com o mandato extinto. O que a resposta omitiu é que o Estatuto da Fundação prevê que os mandatos de Conselheiros não podem ser prorrogados por mais de duas vezes. A situação é altamente irregular, o que prova o desleixo da administração atual, o descaso da Secretaria de Educação e Cultura em permitir uma situação anômala e a ignorância do governo sobre um caso de prorrogação de mandato que já perdura por mais de quinze meses, representando praticamente uma terceira delegação representativa e taxativamente proibida. O desrespeito à lei ainda é mais flagrante levando-se em conta que integra o citado Conselho um representante do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa ao ilustre Deputado, que o horário de que dispõe está esgotado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, já estou utilizando o horário destinado à liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Então continua com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI — 20 — Em caso positivo, o fato não torna ilegais todas as deliberações do citado Conselho? R. — Julgamos que tal pergunta encontra resposta no item anterior.

Comentário: — O fato torna ilegal toda e qualquer decisão do Conselho que em suas deliberações tem como parte, pareceres, votos e opiniões de um "corpo estranho" dentro do colegiado.

Ninguém, numa administração responsável, pode ignorar que um mandato estatutariamente improrrogável não se justifica que, por falta de designação de outro Conselheiro se prorrogue sem nenhuma base legal, aquele declarado extinto, por dias, semanas, meses e anos até.

21 — Nos últimos 24 meses quais as companhias que tiveram isenção de taxas do Teatro e quais as que pagaram e quanto pagaram?

R. — A situação do item em questão está expressa no anexo número 1, apenso ao presente.

Comentário: — Segundo os dados fornecidos pela própria Fundação do Teatro nos anos de 75 e 76 foram concedidas 45 isenções de taxas de ocupação do Grande Auditório (Guairão) e apenas 26 grupos pagaram as taxas que variam de 5 a 20 por cento. — Enquanto que no Pequeno Auditório (Guaíra) foram concedidas 61 isenções e apenas — notem bem — apenas três companhias pagaram taxas pela ocupação local. Enfim, parece que neste complexo teatral surrealisticamente administrado só povo é quem paga — e paga caro, e como paga, para ocupar lugar em sua própria casa. Se o eminente Ministro da Educação, não sabe porquê foi, recentemente, vaiado no Teatro Guaíra, talvez descubra ali, e forma de protesto do nosso povo, contra o que vem acontecendo no Guaíra.

22 — Qual a importância que a Fundação descontava, "per capita", de seus funcionários para cobrir o contrato coletivo de assistência médica que mantinha, até recentemente, com a Clisama?

Resposta: — A Fundação descontava Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), "per capita", para a Clisama, desconto esse opcional, e arcava também com Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por empregado, que tivesse aceito participar de tal benefício. Não havia valor mensal contratual estipulado para tal, face a variante de que empregados podiam inscrever-se ou deixar de participar em qualquer momento, conforme suas vontades.

23 — Qual o total do contrato com a Clisama?

Resposta: — A resposta ao item em causa acha-se previamente apresentada, conforme o constante no item 22.

Comentário: — A Fundação Teatro Guaíra chegou a ficar até quatro meses sem fazer recolhimento à Clisama, empresa médico-hospitalar que além de suas obrigações ainda oferecia, gratuitamente, assistência para as companhias que se exibiam nas dependências do Guaíra.

24 — Rescindido o contrato com a Clisama a Fundação passou a pagar, mensalmente, para a Clínica Hauer?

Resposta: — O custo mensal com a Clínica Hauer é de Cr\$ 12.353,00 (doze mil, trezentos e cinquenta e três cruzeiros).

25 — Os funcionários da Fundação continuam pagando parte da despesa?

Resposta: — Não. Ao atual contrato, a Fundação Teatro Guaíra, é responsável pelo pagamento dos serviços em tela.

26 — É necessário para a Fundação manter contrato de assistência médico-hospitalar com empresas privadas, tendo em vista a existência do INPS?

Resposta: — A Assistência é opcional, sendo facultativa, ao empregado a preferência pelo atendimento do INPS. No entanto, vale lembrar que em razão do tipo de atividade e de horário observados na Fundação, é necessário o atendimento de emergência que uma clínica estruturada nos pode fornecer.

Comentário: — A Fundação Teatro Guaíra rescindiu o contrato que mantinha com a Clisama, não por deficiência da empresa, nem por causa dos costumeiros atrasos no recolhimento das parcelas à organização. O motivo é dos mais fúteis. Um diretor da Fundação pretendeu obter um "atestado médico frio", para fins com toda a certeza inconfessáveis. A pronta recusa causou como represália a rescisão do documento. Esta informação nos foi dada pela administração da Clisama, que não lamenta a perda de um cliente que exigiu atendimento médico com falsidade ideológica.

27 — Quantas passagens aéreas expediu o Superintendente no ano que passou? Especificadas?

Resposta: — A Fundação, no ano de 1976, expediu passagens às mais diversas personalidades do cenário artístico nacional, para virem à nossa Capital para apresentações, como também a artistas locais para apresentarem-se fora de nosso Estado. Também tivemos Encontro de Teatro Infantil e Concurso de Texto. Ainda é bom lembrar a necessidade constante de deslocamento de diretores aos grandes centros para efetuarem contatos com empresários e também com o Serviço Nacional de Teatro e Fundação Nacional de Arte. Isso é decorrência do tipo de atividade que aqui desenvolvemos. A relação nominal acha-se no anexo número 02.

Comentário: — Na longa lista de passagens, que totaliza 127 bilhetes, consta três viagens da diretora administrativa (Fortaleza, Brasília e São Paulo), três do diretor artístico (Rio e São Paulo duas vezes) e nove saídas do Superintendente (Rio, São Paulo e até Foz do Iguaçu), não consta uma rápida ida à "New York" para ver teatro e fazer compras. O célebre Quarteto Guaíra também viajou muito, para todos os lados, com passagens gentilmente pagas pelo Governo. E devemos destacar que poucos dos contemplados com passagens "são personalidades do cenário artístico nacional".

A propósito calculei os gastos com passagens aéreas, o qual atinge a mais de Cr\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil cruzeiros).

28 — Qual a taxa de aluguel que a Fundação cobra para locar o Grande Auditório do Teatro Guaíra, para os diversos tipos de espetáculos, por exemplo: a) Festa de Formatura; b) Grupos Folclóricos; c) Divaldo Franco; d) Milton Nascimento; e e) Kojak?

Resposta: A Fundação Teatro Guaíra cobra para locar o Auditório Bento Munhoz da Rocha Neto uma taxa variável de 0 a 15 por cento sobre a renda bruta da Companhia, conforme

qualidade, valor artístico e cultural do espetáculo. A análise é feita caso por caso, pois é necessária um critério seguro e racional para tal finalidade."

a) — Quanto a formaturas, caso que não corresponde às finalidades da Casa, o aluguel foi taxado, em 76, em Cr\$ 20.000,00 e para 77 em Cr\$ 30.000,00.

b) — Grupos folclóricos são isentos de taxa face o objetivo e finalidade dos mesmos;

c) — Divaldo Franco isento por tratar-se de conferências com finalidades beneficentes;

d) — Milton Nascimento, 10 por cento sobre a renda bruta;

e) — Kojak, 10 por cento sobre a renda bruta.

Comentário: — Para finalizar, Sr. Presidente, peço vênha a V. Exa. para me conceder mais alguns minutos que concluirei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta análise que fizemos, item por item das respostas obtidas por nosso pedido de informação, datado de 30 de março. Cuja resposta foi encaminhada em 27 de abril pelo Secretário de Educação e Cultura, sendo protocolado nesta Casa em 03 de maio, estamos denunciando, graves irregularidades, para não dizer mentiras, cinismo, e a prodigalidade com a coisa pública, bem como os crimes de responsabilidade, no meu entendimento, o total fracasso de um setor da administração pública subordinado à Secretaria da Educação e Cultura.

O grave neste caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que o titular da pasta da Educação encaminha para nossas mãos a resposta que seus auxiliares elaboraram, tentando esconder fatos e distorcer a verdade, sendo ludibriado em sua boa fé. Ao acusar estamos mostrando documentos e, não por ouvir dizer, que a administração da Fundação Teatro Guaíra, é um órgão pouco responsável onde se cometem os maiores disparates". — E evidentemente os documentos que nos chegaram às mãos o foram com muita dificuldade. Se tivéssemos a facilidade de vasculhar totalmente, seriam maiores as irregularidades.

"Estamos agora denunciando as muitas incorreções, mas sem a certeza de que elas serão corrigidas, que medidas administrativas serão tomadas para responsabilizar os culpados. Nestas ocasiões chego a ficar em dúvida: Devo solicitar a composição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para realizar uma ampla investigação e revolver a fundo toda esta lama? Devo pedir que o Tribunal de Contas faça uma perícia mais rigorosa na contabilidade da Fundação onde até desfalques, em 76, foram registrados? Devo alertar o Secretário de Educação, novamente, para ocorrências gravíssimas que podem torná-lo, por omissão, cúmplice de crimes contra a coisa pública. Ou devo apenas pedir à Mesa que encaminhe todos estes documentos às mãos do Governador Jayme Canet Júnior, esperando que S. Exa., a quem tenho na conta de um homem honesto e inteligente, tenha um tempo disponível para ler estas nossas palavras e deixar de ignorar aquilo que acontece numa Fundação que pretende dar ao povo uma parcela de cultura ao invés disto: dá exemplos de deboche com nababescas promoções e colossais prejuízos para os cofres públicos, com lucros certos, apenas para pequenos grupos de rapinantes, que vivem de promover e empresar tais iniciativas.

A nossa denúncia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se baseia em fatos concretos. Comprovada a veracidade de cada afirmativa que fazemos, sem considerar a limitação que temos para conseguir provas, e isto não nos alegra, sinceramente como Deputado integrante da bancada oposicionista nesta Casa. A nossa posição existe para fiscalizar o Governo, mas não para combater o Paraná. E quando aqui desta tribuna ficamos em dúvida sobre o caminho a seguir, visando a proteger o dinheiro e o patrimônio público, é em termos de Paraná que agimos. Tais coisas não podem ocorrer, sob pena de comprometer toda uma

administração.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicitamos ao nobre Líder do Governo nesta Casa, que tome ciência de nossas palavras e pedimos à Mesa, que encaminhe à chefia do Poder Executivo cópia de nosso pronunciamento. Não pretendemos mais tratar de tal assunto por hora, a não ser que também o Governador considere tais fatos "simples intriga da Oposição".

Se isto ocorrer, se medidas saneadoras não forem tomadas, estaremos sendo compelidos a exercitar a Casa para a formação de uma CPI.

Ao finalizar, deixo a ressalva; existe muita gente boa e honesta na FTG, bem como ilustres personalidades em seu Conselho, que absolutamente não devem arcar com qualquer responsabilidade. Pela preservação destas pessoas impõe-se a ampla investigação administrativa, para que JUSTIÇA SE FAÇA aos bons, mas sejam os maus afastados e devolvido ao povo o Teatro Guaíra, que em seu nome foi construído e é com seu dinheiro, mantido.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, eu fico feliz porque pelo menos V. Exa. concede, ao Secretário da Educação, a presunção da boa fé.

Vou, evidentemente, me inteirar desta sua denúncia que contém inegavelmente aspectos os mais graves e, se confirmados tenha V. Exa. a certeza de que o Governo do Estado haverá de agir drasticamente na punição daqueles que mereçam ser punidos.

As colocações que V. Exa. faz nesse pronunciamento, a serem confirmadas terão o inteiro apoio da nossa bancada igualmente, evidentemente, que nem o Governo do Estado, nem os Deputados da ARENA estariam propensos a proteger funcionários relapsos e até mesmo criminosos.

V. Exa. de certa forma presta um serviço ao Paraná.

Comprometo-me, como de outra feita, a investigar as denúncias que V. Exa. está trazendo a esta Casa e, no menor espaço de tempo possível dar as informações oficiais do Governo, a propósito desta denúncia.

Era este o aparte, Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço, eminente Deputado

Luiz Roberto Soares, eis que V. Exa. nos traz um alento para que realmente se faça a investigação. A nossa pretensão não é nada mais do que isto realmente: que o Governo, com olhos críticos, com os elementos de que dispõe, investigue este setor da administração pública, cujas irregularidades acontecem. E também, que o Governo atente para este detalhe: não é possível que uma Fundação como o Teatro Guaíra gaste uma soma fabulosa, hoje na ordem de 700 mil cruzeiros ou superior, para formar 3 alunos, num Curso de Teatro. Tenho a impressão, Srs. Deputados, que, com esta fabulosa soma se conseguiria mandar para o Exterior, bem mais do que 3 alunos, para uma elevada formação teatral, em cursos. E como se justificar que se gaste tanto dinheiro para simplesmente se formar 3 alunos?

Quanto ao preço cogrado para as exposições do "Grand Ballet Canadien"? 200 cruzeiros por pessoa! É um preço altamente proibitivo para a bolsa do povo porque não é qualquer um e este era até um comentário nesta Casa, até os Srs. Deputados, creio eu, se sentiram de pagar um preço desses, que pode pagar tão alta soma para assistir um espetáculo, porque numa família de 5 pessoas por exemplo, o cidadão terá que dispor de 1.000,00 cruzeiros!

Ora! A Fundação recebe subvenção do Estado, recebe dinheiro, está manipulando o maior teatro da América do Sul!

Não é possível que perdure este estado de coisas.

Por isto agradeço principalmente pela compreensão, porque não houve a intenção de querer incluir o Sr. Secretário da Educação, acredito mesmo que ele tenha sido ludibriado na sua boa fé. Daí a necessidade de se fazer a investigação, Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados.

Requeiro então, em termos, que seja enviado o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, cópia de inteiro teor deste pronunciamento, juntamente com os documentos que o instruem.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1977."

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Francisco Martins Guimarães, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maria Helena. Acompanham o Sr. Presidente, os Srs. Junete Hara e Manoel de Oliveira, este último, Presidente do Diretório Municipal da ARENA daquele município.

No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião do Pequeno Expediente, nós dizíamos da satisfação pela nota divulgada através da "Folha de Londrina" enviada pela sua Sucursal de Brasília, a respeito da presença de 4 Senadores, dois da ARENA e dois do MDB, tratando de assunto relativo aos estudantes, com o Ministro Ney Braga.

Dizíamos da satisfação porque estamos plenamente convencidos de que toda a classe política, de que os homens do meu partido, como do MDB, neste momento, têm apenas uma preocupação, a fundamental: é que haja tranquilidade na família universitária e na família brasileira.

Daí porque permitimo-nos vir à tribuna apenas para fazer o registro da nota vinda da Sucursal da "Folha de Londrina", vasada nos seguintes termos: (Lê): "O Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, recebeu ontem à tarde, em seu gabinete, uma comissão formada pelos Senadores Magalhães Pinto e Henrique La Roque, da ARENA; e Itamar Franco e Saturnino Braga, do MDB. Durante o encontro, que durou quarenta e cinco minutos, foram debatidos assuntos da área estudantil.

Após a reunião com o Ministro Ney Braga, o Senador Magalhães Pinto falou aos jornalistas credenciados no Ministério da Educação e Cultura: — Fomos procurados pelos estudantes com o propósito de debater e encontrar uma solução para atender suas reivindicações e merecer do Governo apoio e assentimento. Já recebemos dos estudantes as reivindicações e queríamos conversar com as autoridades sobre o assunto. Começamos expondo ao Ministro Ney Braga, que examinou as reivindicações e estamos certos de que vamos discutí-las com o reitor. Não podemos adiantar o resultado de nossa missão. Conversamos com o Ministro num clima de boa vontade e entendimento. Hoje ainda estaremos com o reitor e voltaremos a conversar com os estudantes. Esperamos conseguir alguma coisa para tranquilizar a família universitária e a família brasileira em geral.

O Senador Magalhães Pinto disse ainda aos jornalistas:

— Viemos discutir com o Ministro Ney Braga as reivindicações dos estudantes — que não podemos revelar já que nós foram feitas confidencialmente — porque ele respeita muito a autoridade dos reitores. O que queremos é abrir os canais de comunicação entre o reitor e os alunos.

O Ministro Ney Braga, através de porta-voz prestou as seguintes informações aos jornalistas:

— Ouvi dos quatro Senadores as observações e ponderações a respeito dos acontecimentos na área estudantil. Transmiti a eles os dados disponíveis no Ministério sobre estes fatos. Fiquei ciente do grande interesse dos Senadores em buscar uma mediação para o problema. Ouvi deles a comunicação de que buscariam hoje ainda um contato com o reitor e voltariam a falar com os estudantes.

O Ministro Ney Braga conversou ontem durante uma hora com o reitor da Universidade de Brasília, antes de receber a Comissão de Senadores. Em seguida voltou a falar com o reitor, anunciando que ele seria procurado pelos quatro Senadores.

O Ministro Ney Braga recebeu também uma Comissão de Professores da Universidade de Brasília, com quem debateu os temas da área estudantil. Após a reunião, perguntado pelos jornalistas sobre seus resultados, o Ministro disse:

— A hora é mais de agir do que de falar".

Era apenas o registro, Sr. Presidente, porque entendo que efetivamente a presença de Senadores do meu Partido e do Movimento Democrático Brasileiro, em contato com o Ministro Ney Braga, nos abre assim uma luz muito forte de esperança, de que possamos todos chegar ao objetivo que deve ser comum de todo e qualquer parlamentar, de todo e qualquer político: trazer a tranquilidade de que necessita a família brasileira.

Obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/75, de autoria do Deputado Lineu Turra, que inclui no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria com nove salas de aulas, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", da cidade de Palmeira. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ, e CIP., e pela sua transformação em sugestão ao Poder Executivo, e FAVORÁVEL da CF., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/75, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que incorpora aos proventos de inatividade dos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF., e CRH., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho que, na Comissão de Constituição e Justiça, foi o seu relator.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei apresentado pelo eminente Deputado Muggiati Filho, visa conceder benefício da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, que é o Estatuto do Funcionário Público, aos inativos anteriores a esta data. Recebendo o projeto, emitimos o seguinte parecer:

"Assinado pelo ilustre Deputado José Muggiati Filho, projeto de lei tem por objetivo estender aos aposentados anteriormente a 1970, a incorporação a seus proventos de inatividade, os benefícios previstos no art. 140, item III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; o objetivo do projeto de lei é altamente meritório, muito embora os aposentados, anteriormente, a 1970, já gozam tal benefício".

Sr. Presidente, o motivo deste parecer fazendo referência aos inativos anteriormente a esta lei, prende-se ao fato de que existe a Lei número 4883, em que era concedido como vantagem função gratificada se o mesmo houvesse exercido por um período de 10 anos consecutivos ou não, ou 5 anos consecutivos - Lei



número 4.544, de 1962, Artigo 35.

E aposentadoria, a pedido, após trinta anos de serviços prestados.

Posteriormente, a Lei 4.883, de 9 de julho de 64, alterou de dez anos consecutivos ou não, a cinco anos consecutivos, para conceder a gratificação de aposentadoria, com período de cinco anos alternados ou dois anos consecutivos.

A medida proposta visa contemplar os funcionários aposentados anteriormente à Lei 6174, com os benefícios que eram concedidos com maiores prazos no exercício - função gratificada.

Por isso pode-se notar, que na Lei 6174 de 16 de dezembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, o exercício da função num período de 12 meses consecutivos já dá, o direito a esses benefícios.

E a Lei anterior, era de 24 meses ou seja dois anos. Então, a única diferença que existe é o prazo de dois para 12 meses.

Mas a lei já existe, conforme já mencionei, as duas leis, a 4544 alterada pelo 4883.

É esse o motivo de nosso parecer, quando eu disse que embora já existisse a lei.

Era esta a informação que prometi ontem, trazer aos Srs. Deputados.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão. (Pausa).— Encerrada a discussão — Em votação.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 156/75, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 176/75, de autoria da COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS, ex-Proposição 144/74 - aprova as contas prestadas pelo Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1973. Pareceres FAVORÁVEIS da CTC e CCJ, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 11/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem do Poder Executivo 03/77 - ex-Proposição 164/77 - aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 13/77 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem do Poder Executivo 14/77, ex-Proposição 175/77 - aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 16/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem do Poder Executivo 53/77 - ex-Proposição 261/77 - aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Paisandu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 17/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 115/77 - aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Andirá, para assistência Técnica e Financeira ao Ensino de Primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 18/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 120/77 - aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Assaí, para assistência Técnica e Financeira, tendo em vista melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 20/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 122/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Banderantes, para assistência Técnica e Financeira ao Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 22/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 127/77 - aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Cascavel, objetivando assistência Técnica e Financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CIP.— por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 24/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 129/77 - aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Cianorte, objetivando assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 26/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 132/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando assistência Técnica e Financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 30/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 138/77 - aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Ibiporã, objetivando assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 31/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 146/77 - aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de

Educação e Cultura e o Município de Marialva, objetivando assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 34/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 149/77 - aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Paranaguá, objetivando assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 35/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77 - ex-Proposição 162/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de União da Vitória, objetivando assistência Técnica e Financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 48/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 22/77, ex-Proposição 183/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 51/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 50/77, ex-Proposição 196/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de São Miguel do Iguaçu, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 53/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 50/77, ex-Proposição 198/77 - aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Foz do Iguaçu, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 55/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 50/77, ex-Proposição 203/77 - aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Antonina, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 57/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 50/77, ex-Proposição 205/77 - aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Astorga,

objetivando implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de Professores não titulados em exercício nas quatro 1as. séries do Ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 58/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 50/77, ex-Proposição 214/77 - aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Santa Helena, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 60/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 48/77, ex-Proposição 227/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Florai, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/76, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 48/77, ex-Proposição 233/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Antonina, objetivando transferência de recursos conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 70/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 51/77, ex-Proposição 250/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Centenário do Sul, objetivando execução de reparos em prédio onde funciona a DELEGACIA DE RENDAS INTERNAS. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 72/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 53/77, ex-Proposição 253/77 - aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Miraselva, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 76/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 42/77, ex-Proposição 278/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, com objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 77/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 43/77, ex-Proposição 279/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, visando execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental — 76/77 — Pareceres FAVORÁVEIS

da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 79/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 40/77, ex-Proposição 296/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do CENESP, objetivando assistência Técnica e Financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 81/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 44/77, ex-Proposição 299/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira desta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, se não fôr demais, solicitaria à Mesa que informasse à Casa do corpo dessa mensagem, porque me parece que a matéria não é de competência desta Casa.

Trata-se de convênio firmado entre o Governo Federal e estabelecimento de ensino e, no meu entender, não caberia a nós, deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Realmente, a súmula publicada -a folha 9, projeto 81 da Ordem do Dia, não está com a redação clara.

A Mensagem governamental encaminha cópia a esta Casa do convênio celebrado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira, desta Capital.

Em votação.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 34/77, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem 63/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar, no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 7, de 22/12/76, os cargos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, COM EMENDA, CF, CRH e CIP, por unanimidade.—

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 34/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — São criados no Quadro Próprio do Magistério instituído pela Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, quarenta e seis mil e duzentos e vinte cargos, conforme as especificações contidas no anexo que faz parte da presente lei.

Art. 2.º — Como providência inicial para a execução do disposto no art. 14 e § único da Lei Complementar número 7/76, os atuais ocupantes do cargo de Professor terão o seguinte aproveitamento:

#### SITUAÇÃO ATUAL

#### SITUAÇÃO PROPOSTA

Nível de Atuação Séries de Classes Níveis de Vencimentos

16	I	A	1
17	I	A	1
18	I	B	2
19	II	B	2
20	III	C	3
21	III	C	3

22	V	E	5
23	V	E	5
24	V	E	5

§ 1o. — As vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento dos atuais ocupantes do cargo de Professor do Ensino Primário Normal, níveis 16 a 19, serão devidas a partir de 1o. de agosto de 1977.

§ 2o. — As vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento dos atuais ocupantes do cargo de Professor, níveis 20 a 24 e ainda, os abrangidos pelos artigos 118, 119, 121 e 124, da Lei Complementar No. 7/76, serão devidas a partir de 1o. de março de 1978.

§ 3o. — O aproveitamento referido no "caput" deste artigo dar-se-á mediane o efetivo cumprimento do art. 108, alínea b, da Lei Complementar No. 7/76 e da carga horária semanal prevista nos Anexos I-A e I-B do citado diploma legal, à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e de necessidade do ensino.

Art. 3o. — O aproveitamento do Quadro Próprio do Magistério dos atuais professores, níveis 16 a 19, que estiverem no exercício de funções não compatíveis com o Ensino, a Educação, a Cultura e a Pesquisa e que optarem pelo retorno ao efetivo exercício do Magistério, na SEEC, dar-se-á a partir de 1o. de janeiro de 1978.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargo de Professor que optarem pelo retorno ao Magistério, na forma do contido no § 3o., do art. anterior, serão relotados pela SEEC, à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e da necessidade do ensino.

Art. 4o. — O Chefe do Poder Executivo regulamentará por decreto o aproveitamento do Professor, no Grupo Ocupacional Especialista MPE- 200, de acordo com a necessidade e conveniência do ensino.

Art. 5o. — Os vencimentos dos cargos de que tratam o art. 1o. e o anexo desta lei, são os seguintes:

NÍVEL DE VENCIMENTOS	VENCIMENTOS MENSAIS
1	Cr\$ 1.850,00
2	Cr\$ 2.603,00
3	Cr\$ 2.861,00
4	Cr\$ 3.722,00
5	Cr\$ 5.135,00

Art. 6o. — Ficam automaticamente extintos os cargos que vagarem em decorrência do aproveitamento de seus ocupantes no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar No. 7/76.

Art. 7o. — As despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas conforme o disposto no art. 109 da Lei Complementar No. 7/76.

Art. 8o. — Respeitadas as disposições dos parágrafos 1o. e 2o. do art. 2o. e do "caput" do art. 3o., esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1977.

(a) Poder Executivo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 34/77.

#### PARECER

Em obediência ao que dispõe a Lei Complementar número 7 de 22/12/76, encaminha o Senhor Governador do Estado, anteprojeto de Lei que cria 46.220 cargos no Quadro Próprio do Magistério, estabelecendo os novos níveis de vencimento para os professores e para os especialistas de Educação.

É de se destacar que o presente plano de lei cria 10.700 cargos de Especialistas de Educação (níveis 3,4,5) correspondentes a Diretor, Orientador, Supervisor, Inspetor de Ensino e Planejador, cuja criação se constitui em antiga e justa aspiração

dos que labutam na área da Educação paranaense, a par de aumentar 11.032 (Onze mil e trinta e dois) cargos na Carreira de Professor.

Quando ao mérito do presente projeto de lei, o Professor Francisco Borsari Neto, Secretário da Educação e da Cultura, esteve nesta Casa na Comissão de Educação, dialogando e analisando com os Senhores Deputados dos dois Partidos, sobre diversos aspectos da mensagem e seus reflexos no campo educacional cabendo por outro lado, à Comissão de Educação a análise mais acurada das circunstâncias técnicas e pedagógicas que advirão da implantação do Quadro Próprio do Magistério Paranaense.

Isto posto verifica-se o seguinte:

O presente plano de lei em seus aspectos Constitucionais e Jurídicos atende as normas que regem a sua propositura.

Ressaltamos, contudo, que em nosso entendimento visto o que dispõe o Art. 62 - § único da Lei Complementar número 07, o Art. Segundo do projeto em exame comportaria a adição de mais um § com a seguinte redação:

§ 4o. — Qualquer aumento ou abono concedido ao funcionalismo em geral, antes da aplicação das vantagens financeiras decorrentes da presente lei, será extensivo ao pessoal do Magistério.

Com a emenda aditiva proposta, nosso Parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 34/77

##### PARECER

Originário da Mensagem Governamental 63/77, o presente Projeto de Lei 34/77, tem por finalidade criar, no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar No. 7, de 22/12/76, os cargos que especifica, fixando-lhes os respectivos vencimentos.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente sob o seu aspecto constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, analisando-se o aumento financeiro, temos que o Projeto, segundo justifica a Mensagem, foi elaborado obedecendo a criterioso estudo realizado através dos órgãos competentes da Administração, observando-se a atual conjuntura Financeira do Estado, bem como a programação orçamentária existente.

Nestas condições, e tendo-se em vista que o plano de lei está tramitando em regime de urgência face o relevante interesse público na sua aprovação e o atendimento aos anseios da valorosa classe integrante do Magistério Público de nosso Estado, opinamos favoravelmente à sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Aguinaldo P. Lima, Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI NÚMERO 34/77

##### PARECER

O projeto de Lei em tela obedece o que dispõe a Lei Complementar No. 7, de 22/12/76, assim sendo, cria 46.220 cargos no Quadro Próprio do Magistério, estabelece melhores vencimentos e cria também 10.700 cargos de especialistas em educação correspondentes a Diretor, Orientador, Supervisor, Inspetor de Ensino e Planejador, aumentando inclusive novos cargos na carreira de Professor.

Acreditamos que a medida consulta os superiores interesses do Ensino e da própria Administração, vindo de encontro a antiga e justas aspirações daqueles que dão tudo de si na área da educação; o Professor Público Estadual.

Deve-se também ressaltar, que os novos vencimentos

mensais propostos aos cargos do Magistério, se não é o ideal, irá dar ao professor paranaense situação mais condigna, colocando-o entre aqueles de melhor remuneração no País.

A vigência das vantagens aqui proposta também merecem ecônimos, pelo seu aspecto social e de justiça, pois as mesmas serão antecipadas justamente para aquelas de menor remuneração, os professores das primeiras séries do Ensino de Primeiro Grau.

Isto posto, verifica-se que o projeto em análise tem méritos, obedece todas as normas da Lei Complementar que o rege e que a Emenda aditiva proposta pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merece nossa aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI NÚMERO 34/77

##### PARECER

O Projeto de Lei 34/77, oriundo da Mensagem governamental, visa criar cargos que especifica, bem como fixando-lhes os respectivos vencimentos, no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar No. 7, de 22/12/76. (Estatuto do Magistério).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das douts Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública cuja competência se restringe sobre todos os assuntos pertinentes à instrução pública e particular, queremos ressaltar o significativo interesse que o presente Projeto de Lei virá proporcionar à educação de nosso Estado, concernente a nova figura que virá situar o Professor paranaense, diante da estrutura disposta na presente proposta, conferindo-lhe remuneração mais condizente, a tão nobre e elevado mistér.

O interesse na sua aprovação está perfeitamente justificado na Mensagem do Senhor Governador encaminhando o Projeto.

Nestas condições, o nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1977.

(a) Werner Wanderer, Presidente e Relator.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É PROCEDIDA A CHAMADA) (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há quorum para deliberação. Em discussão o Projeto de lei 34/77.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em se tratando de uma discussão do projeto de lei cujos aspectos a serem considerados dizem respeito à sua constitucionalidade, bem como à sua legalidade, é evidente que em termos gerais, o projeto não é inconstitucional como tampouco é ilegal.

E não é inconstitucional porque, à primeira vista, não fere disposição alguma da Carta Política estadual ou federal também, aparentemente, não é ilegal porque é uma consequência jurídica do Estatuto do Magistério.

Todavia, merece reparo a redação do projeto porque em face de um detalhe que pode eventualmente ser corrigido, contraria frontalmente disposições do Estatuto do Magistério.

O art. 28 do projeto em seu § 1o., § 2o., § 3o., art. 3o. e art. 4o. e ainda 5o., se referem à nova situação que adveio pra o Magistério paranaense, com a expressão APROVEITAMENTO.

Assim, no art. 2o. do projeto a redação proposta na Mensagem é a seguinte: como providência inicial para execução do disposto no art. 14, § único da Lei Complementar 7/76, os atuais ocupante do cargo de professor terão o seguinte APROVEITAMENTO: § 1º:

As vantagens financeiras decorrentes do APROVEITAMENTO dos atuais ocupantes de cargos de professor de ensino primário normal nível 16 - art. 19 - serão devidas a partir de 1o. de agosto de 1977.

§ 2o. do mesmo artigo:

As vantagens financeiras decorrentes do APROVEITAMENTO dos atuais ocupantes de cargos de professor níveis 20 a 24 e ainda os abrangidos no art. 118, 119, 121 e 123 da Lei Complementar 7/76, serão devidas a partir de 01 de março de 1978.

§ 3o., ainda do art. 2o.:

O APROVEITAMENTO referido no "caput" deste artigo dar-se-á mediante efetivo cumprimento do art. 108, alínea B da Lei Complementar 7/76 e da carga horária semanal previstos nos anexos 1A e 1B do citado diploma legal, à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares, e da necessidade do ensino.

Art. 3o. — O APROVEITAMENTO no quadro próprio do Magistério, dos atuais professores níveis 16 a 19 que estiverem no exercício de funções não compatíveis com o ensino, a educação, a cultura e pesquisa, e que optarem pelo retorno ao efetivo exercício do Magistério, à Secretaria do Estado da Educação e da Cultura, dar-se-á a partir de 01 de janeiro de 1978.

Art. 4o. — O Chefe do Poder Executivo regulamentará, por decreto, o APROVEITAMENTO do professor, no grupo ocupacional especialista MPE 200, de acordo com a necessidade e conveniência do ensino.

E finalmente, no artigo 6o.:

Ficam automaticamente extintos os cargos que vagarem em decorrência do APROVEITAMENTO dos seus ocupantes no quadro próprio do Magistério instituído pela Lei Complementar número 7/76."

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nos termos do Estatuto do Magistério, vale dizer a Lei Complementar número 7/76, APROVEITAMENTO, consoante o art. 43, é o "reingresso no Magistério público, do professor ou especialista de educação, em disponibilidade. E será efetivado, em conformidade com os art. 110 a 113 da Lei Complementar 6174, que é o Estatuto do Funcionário Público.

Portanto, enquanto o Estatuto diz que o APROVEITAMENTO é o reingresso do professor que se encontra em disponibilidade, no projeto de complementação do Estatuto do Magistério o Governador dá uma acepção diferente do ponto-de-vista jurídico, à palavra APROVEITAMENTO.

Isto está em profunda contradição com a Lei Complementar número 7/76 e passou ao largo, lamentavelmente, das vistas do eminente Relator da matéria, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Caberia, então, uma retificação no que diz respeito a essa expressão APROVEITAMENTO, porque em alguns dispositivos o Governador, na verdade, não quer dizer APROVEITAMENTO, ele está se referindo a "transferência", matéria essa que é regulada no Estatuto do Magistério em seu art. 40: "Transferência, passagem, de ocupante do cargo do quadro próprio do Magistério de uma para outra atividade, no mesmo ou em outro grupo ocupacional, ou, melhor ainda, quer dizer enquadramento.

É evidente, parece-me Sr. Presidente, Srs. Deputados,

a contradição entre a lei já existente e a lei nova que se propõe nesta Casa.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Parece-me nobre Deputado, que não há contradição entre o texto da Lei Complementar No. 7 e a Mensagem proposta pelo Sr. Governador.

Senão vejamos: o Estatuto do Magistério estabelece o aproveitamento como uma forma de reingresso no magistério enquanto que a lei estabelece o aproveitamento dos atuais ocupantes dos cargos de professores, automaticamente no novo quadro do Magistério do Estado do Paraná.

Transferência, não. V. Exa. há de verificar, tanto no corpo da lei quanto no anexo do Estatuto do Magistério, que a transferência se dará de um nível de atuação para outro, isto é, o pessoal docente da Secretaria da Educação deverá ter transferência, desde que vá para a carreira de especialista de educação, ou vice-versa.— Não haverá "transferência".

O SR. ACCIOLY NETO — Só quero interromper V. Exa. para repetir o que diz o art. 40 da Lei Complementar 7/76: "Transferência é a passagem de ocupante do cargo próprio do magistério, de uma para outra atividade no mesmo ou em outro grupo ocupacional". É o que diz o art. 40.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Exatamente.

O SR. ACCIOLY NETO — Então, o caso de transferência em alguns dispositivos do projeto...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Perfeito, Mas V. Exa. há de convir comigo de que a transferência na passagem de ocupante de cargo, vamos supor, professor nível 1, de acordo com a nova denominação do Estatuto, para passar para o nível de atuação de nível 4 ou 5, que seria o antigo professor de ensino médio, terá uma transferência, mesmo dentro do mesmo nível de atuação, isto é, o cargo ocupado por este professor será sempre o de docente.

Quando houver a transferência de um professor, de cargo de professor para o cargo de especialista de educação, para o cargo administrativo na área da educação, haverá a transferência de nível de atuação.

Eu entendo, nobre Deputado Accioly, que a mensagem do Governador está correta, quando fala de aproveitamento. Poderia usar um sinônimo.

O SR. ACCIOLY NETO — A lei nunca contém palavras inúteis. Quando ela usa uma determinada expressão e lhe dá um significado no próprio texto, ela quer que...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. permite uma sugestão em relação a esse artigo?

O SR. ACCIOLY NETO — São vários os artigos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — A palavra em questão é sempre "aproveitamento".

O SR. ACCIOLY NETO — E, inclusive, as expressões "aproveitamento" são utilizadas indevidamente em todas as disposições em que foi usada.

Veja V. Exa. para exemplificar e tornar mais claro: O Chefe do Poder Executivo, regulamentará, por decreto, o aproveitamento do professor no grupo ocupacional especialista, de acordo com as necessidades... (Isso não interessa).

O que vale aqui é que, ao invés de aproveitamento, nós temos exatamente o exemplo claro da transferência.

Vai-se transferir de um para outro grupo ocupacional um membro do magistério.

Não é aproveitamento, é transferência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Aí provavelmente, nobre Deputado, o que o Poder Executivo quer frisar é que após uma série de medidas que estão sendo tomadas para verificação de como os professores serão enquadrados no novo quadro com o seu aproveitamento automático, posteriormente a essas vagas existentes é que haverá a possibilidade de se fazer concurso para o início da carreira no magistério

público.

O SR. ACCIOLY NETO — Mas não é isto o que diz o projeto de lei, como tampouco é o que quer significar a palavra "aproveitamento" na lei que trata do Estatuto do Magistério.

Então não havia necessidade alguma de nós estabelecermos, dentro do Estatuto do Magistério, que foi aqui aprovado, esta definição de aproveitamento.

Aproveitamento, está dentro...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Aproveitamento - para efeito do Estatuto do Magistério.

O SR. ACCIOLY NETO — Não importa; quando o Estatuto definiu como se dará a passagem de uma atividade ocupacional para outra, ele disse que isso se chama, juridicamente, transferência.

Não pode, no caso, o projeto, dar denominação diversa, isto é, chamar de aproveitamento aquilo que a Lei Complementar que, é superior à Ordinária, denomina de transferência.

Então, é uma mera correção que eu vim sugerir ao Plenário da Casa para que esta Assembléia aprove, malgrado não discuta o mérito do projeto, uma lei que, ao menos, na sua forma, esteja adequada ao Estatuto do Magistério.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Deputado Accioly Neto, vamos voltar ao assunto— O Estatuto do Magistério define aproveitamento para efeito do reingresso: é clara, é específica a Lei Complementar.

Quando fala do aproveitamento, no Cap. XI, fala em aproveitamento para efeitos de reingresso no magistério.

Portanto, de acordo com, inclusive, os padrões estabelecidos pela Lei Complementar também, do Estatuto do Funcionário Público.

Ora, para este efeito de reingresso, fala-se em aproveitamento na Lei Complementar.

Nesta lei quer-se referir ao aproveitamento dos atuais professores, dos atuais ocupantes de cargos na área da educação, no novo quadro, frisando, inclusive, nobre Deputado, a transferência, esta regulamentada pelo próprio Estatuto do Magistério em outros termos.

V. Exa. há de encontrar entre o aproveitamento e a transferência...

O SR. ACCIOLY NETO — Mas é que no projeto, exatamente, não fizeram isto; não olharam a diferença que há entre aproveitamento e transferência; escolheram a palavra aproveitamento porque não souberam encontrar uma outra expressão, quando tinha no próprio corpo do Estatuto, a expressão transferência.

Então, tem-se que analisar bem o que se pretende fazer com este projeto que agora estamos debatendo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não posso imaginar,

Deputado, o que passou pela cabeça ou pelo pensamento daqueles que redigiram a Mensagem em análise. Entretanto, eu posso afirmar a V. Exa., que o aproveitamento nesta Lei Ordinária, do aumento e criação de novos cargos, quando se refere ao aproveitamento automático dos professores que estavam situados entre os níveis 16 ao nível 24, para os novos níveis de atuação estabelecidos por esta lei.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. comete mais um equívoco.

Aí trata-se de um enquadramento. É completamente diverso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. verifique que para fazer enquadramento, seria necessário, inclusive Deputado Accioly Neto, concurso para estabelecer os novos níveis de atuação.

O SR. ACCIOLY NETO — Engano seu.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Então V. Exa. quando se referir ao enquadramento, V. Exa. vai verificar em outro Capítulo do Estatuto do Magistério, que enquadramento

depende de concurso interno de provas e títulos, ou de concurso público.

O SR. ACCIOLY NETO — Ressalvados os casos em que a lei dispensando expressamente ou tacitamente o concurso, promove-se o enquadramento como faz o projeto ora em debate no seu art. 2o.:

Veja V. Exa., com providência especial para execução do disposto no art. 14, § único, da Lei Complementar 7/75.

— Os atuais ocupantes do cargo de Professor terão o seguinte enquadramento".

Aí, seria correto, e não como está na Mensagem Governamental.

Isso, todavia, não impede o trânsito do projeto, em primeira discussão.

Só que me parece que em segunda discussão deva se emendar para corrigir esta contradição que há.

É o entendimento que queria manifestar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

Era só.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão o Projeto de Lei 34/77.

Para discutir concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a matéria se encontra em primeira discussão.

Se analisa hoje, e esta Casa vota hoje, sob o seu aspecto constitucional e legal.

Entendemos a princípio, ser constitucional e ser legal o projeto de lei. Embora, injusto, embora desumano, embora desleal, embora altamente frustrante para as aspirações do Magistério.

Esses aspectos, Sr. Presidente, me reservo para analisá-los e discutí-los, quando a matéria vier a Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão, em votação.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA e Nilso Sguarezí, Vice-Líder do MDB, constante do expediente, solicitando seja suspensa a Sessão Plenária do próximo dia 10 do corrente, ficando os trabalhos restritos somente à reunião das Comissões.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho, Accioly Neto e Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aldo Silva, ocorrido na cidade de Paranavaí.— APROVADO.

A Presidência se associa às manifestações de pesar aqui requeridas pelos Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Napoleão Albuquerque, ocorrido na cidade de Pérola D'Oeste.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos.— APROVADO.

(UM SR. DEPUTADO SOLICITA AO SR. PRESIDENTE, QUE PROCEDA A LEITURA DOS PROJETOS, OBJETO DO REQUERIMENTO.)

A Presidência atende V. Exa.

Projeto de Resolução 9/77 - Mensagem 56/77

Projeto de Resolução 19/77.

Projeto de Resolução 59/77.

Projeto de Lei 95/76, e Projeto de Lei 31/77, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim, da cidade que especifica. Era o que continha. Em votação. (Pausa). Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.— APROVADO.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Prosdócimo S.A., que, recentemente, cedeu graciosamente as instalações do sub-solo de sua loja da Praça Tiradentes para abrigar a firma Tecidos Urca que sofreu lamentável incêndio.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, através do qual é solicitada a inclusão dos Distritos de Ibiaci e Vila Gandhi, localizados no Município de Primeiro de Maio, no Programa de Expansão das Telecomunicações, com a instalação em ambos de sistemas de Monocanal.— Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Aviação Civil, encarecendo estudos e providências que possibilitem o funcionamento em Pato Branco de uma linha aérea, a ser atendida pela Rio Sul Transportes Aéreos Regionais S.A.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nislo Squarezi, lido da tribuna, solicitando seja enviado ao Sr. Governador do Estado, cópia do interior teor do pronunciamento feito em data de hoje, juntamente com os documentos que o instruem. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e ao Vereador Amadeo de Mito Gera, denunciando irregularidades e encarecendo providências e informações a respeito do Loteamento denominado "Planta Central", situado no Bairro do Xaxim-Cercado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que o mesmo atue em nome do Paraná, como o faz habitualmente, junto ao Ministério das Telecomunicações, objetivando revogação do Decreto que declarou perempta, concessão para funcionamento da Rádio Iguaçu, desta Capital.— REJEITADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

18 Srs. Deputados rejeitam e 11 Srs. Deputados aprovam.— Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando voto de desagravo ao Sr. Ministro Aliomar Baleeiro e aos Srs. jornalista Sérgio Buarque de Gusmão

e ao professor Dalmo Dallari, por terem sido impedidos de manifestarem seus pensamentos em debate público, que seria realizado na cidade de Londrina.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir.

O SR. ERNESTO GNOATO — Pela Ordem, Sr. Presidente, a Presidência tem dois pesos e duas medidas.

No meu requerimento, V. Exa., da tribuna, falou que se estivesse na Presidência não receberia o requerimento.

E neste requerimento que está em discussão, desagrar o que?

Se existe uma proibição do Ministro da Justiça, como é que pode pedir desagravo?

E V. Exa. aceita o requerimento, agindo com dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência recebe com muita humildade a advertência que, em questão de ordem, V. Exa. endereça.

Todavia deseja esclarecer, primeiro, o requerimento que a Presidência deixou de receber, da lavra de V. Exa., pretendia um pronunciamento da Casa, contrariando o que, constitucionalmente todos juramos defender nesta Casa, a integridade territorial de nosso Estado.

Em segundo lugar, o presente requerimento, do eminente Deputado Deni Schwartz, objetiva o pronunciamento de desagravo deste Poder, ao que S. Exa. entendeu considerar como ofensa praticada pelas autoridades policiais deste Estado contra as personalidades por ele aqui referidas.

Observa a Presidência que não há correlação de matérias.

Todavia recebe a advertência que V. Exa. dirige à Mesa.

Espera tão somente que V. Exa., com isenção de ânimos, tenha a oportunidade de observar que a Presidência não desejou atuar contra V. Exa. regimentalmente, como jamais faria contra qualquer dos Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem Sr. Presidente, para agradecer ao Deputado que levantou a questão de ordem, porque já começamos a ver que partiu daí. Creio que não foi de um paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Deputado Enéas Faria, havia solicitado para discutir o requerimento. Na forma do Regimento, fica adiada a discussão para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução Números 09/77, 19/77 e 59/77.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei Números 95/76 e 31/77.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Números 176/75, 11/77, 13/77, 16/77, 17/77, 18/77, 20/77, 22/77, 24/77, 26/77, 30/77, 31/77, 34/77, 35/77, 48/77, 51/77, 53/77, 55/77, 58/77, 60/77, 62/77 e 70/77.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 34/77.

Levanta-se a sessão.